

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL SOB
A ÓTICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA MERCADO
DE TRABALHO, FORMAÇÃO E EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DE SANTA CATARINA**

CLEUZI MARIA DA LUZ

**FLORIANÓPOLIS - SC
2011**

CLEUZI MARIA DA LUZ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL SOB
A ÓTICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA MERCADO
DE TRABALHO, FORMAÇÃO E EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vania Maria Manfroi

FLORIANÓPOLIS - SC

2011

CLEUZI MARIA DA LUZ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL SOB
A ÓTICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA MERCADO
DE TRABALHO, FORMAÇÃO E EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2011.

Prof^a. Dr^a. Vania Maria Manfroi

Orientadora

Assistente Social Ms. Telviana Domingues da Silva

1^a Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Santos

2^a Examinadora

AGRADECIMENTOS

Felizmente tem esse espaço para agradecer aqueles que fizeram parte do caminho percorrido para a realização deste trabalho e que também se fizeram presentes durante todo percurso acadêmico.

A Roselia, minha amada irmã, seu apoio foi fundamental nesta caminhada. Seu amor me fortalece, sempre. Obrigada é uma palavra que parece não ser suficiente nesse caso, mas como não sei outra. Obrigada. Eu te amo muito.

Agradeço aos meus pais, irmãos, irmãs, sobrinhos (as) e cunhados. Obrigada por acreditarem em mim.

Agradecimento especial para Professora Dr^a Vânia Maria Manfroi. Seu apoio foi fundamental para a realização deste trabalho. Eu lhe admiro muito, como professora e pessoalmente. Obrigada pela confiança, apoio e carinho. Desejo a você, professora, toda felicidade e sucesso do mundo. Que nossos caminhos ainda se cruzem na construção da sociedade que sonhamos.

Agradecimento, também, a Universidade Federal de Santa Catarina, e ao povo brasileiro que a mantém, livre, gratuita e com qualidade.

Cabe agradecer a Pró- reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e ao Programa Bolsa Permanência, o qual possibilitou a minha participação na referida Pesquisa, assim como também viabilizou praticamente toda minha permanência na Universidade.

Não posso deixar de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que financiou a Pesquisa Mercado de Trabalho, Formação e Exercício profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Aproveito o espaço para agradecer aos meus amigos especiais. Obrigada Samuel, Jennifer Sotto, Sérgio, Ariana, Michelle e Daiane. Vocês fizeram parte de toda minha formação profissional, me acompanharam neste complexo processo, tiveram paciência e torceram por esta conquista. Assim esta vitória também é dedicada a cada um de vocês. Obrigada.

Agradecimento especial também a todos os amigos que tive a oportunidade de conhecer durante o percurso da pesquisa: Arnaldo, Marjorie, Daniele, Samuel, Claudia, Tamires, Aline, Rosicléia e Tiago. Vocês foram imprescindíveis ao meu processo de aprendizagem. Foi com cada um que compartilhei momentos inesquecíveis, juntos sonhamos com a concretização de um mundo melhor. Obrigada!

Agradeço a professora Dr^a Maria Tereza, por ter aceitado o convite para a constituição da banca e por todo ensinamento passado durante a graduação.

A assistente social Telviana Domingues da Silva, pelos momentos de aprendizagem durante todo estágio e pela amizade que foi construída durante esse processo. Obrigada por ter aceitado participar da banca de apresentação do trabalho.

Por fim, desejo fazer um agradecimento especial a quem esteve ao meu lado e pacientemente me acompanhou durante toda a elaboração deste trabalho. Daniel, obrigada por tudo. Eu te amo.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (Eduardo Galeano)

RESUMO

Objetiva-se com este trabalho realizar uma investigação a respeito da incorporação do Projeto ético-político pelos participantes da Pesquisa “Mercado de Trabalho, Formação e Exercício Profissional dos profissionais de Santa Catarina”. O propósito é apresentar dados quali-quantitativos a respeito dessa questão. A análise dos dados foi dividida em duas partes: na primeira perguntamos a respeito do conhecimento dos assistentes sociais da grande Florianópolis sobre o Código de Ética e sua “aplicabilidade” na instituição. E num segundo momento, analisamos qualitativamente as respostas que deram os participantes dos Grupos Focais quando questionados diretamente sobre a mediação do Projeto ético-político no exercício profissional. Ressalta-se que os dados referem-se exclusivamente aos profissionais que atuam no Estado de Santa Catarina que participaram da referida pesquisa. A justificativa para esta análise é a pouca produção teórica que existe a respeito deste tema, e se tratando do Projeto Profissional que nos rege é mais que legítimo refletir sobre sua direção, no sentido de fortalecê-lo e manter sua hegemonia.

Palavras-chave: Projeto ético-político, Código de Ética, Grupos Focais, Exercício profissional.

ABSTRACT

The objective is to make this work an investigation into the incorporation of ethical-political project by the research participants' Labour Market, Education and Professional Practice of professional Santa Catarina. "The purpose is to present qualitative and quantitative data on this issue. Data analysis was divided into two parts: the first question about the knowledge of the social workers of Florianopolis on the Code of Ethics and its "applicability" in the institution, and a second time, qualitatively analyzed their answers to Groups focus when asked directly about the mediation of ethical-political project in the practice. It is noteworthy that the data refer exclusively to professionals in the State of Santa Catarina and part of that research. The rationale for this analysis is that there is little theoretical work on this subject, and dealing with the Professional Project that hosts us is more than legitimate to reflect on their direction, to strengthen and maintain their hegemony.

Keywords: ethical-political project, Code of Ethics, Focus Groups, Exercise professional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo 1: Uma Breve Reflexão sobre o Projeto ético-político Profissional.....	14
Capítulo 2: Reflexões a respeito do Código de Ética tendo como referência a pesquisa Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional dos Assistentes Sociais em Santa Catarina.....	19
Capítulo 3: Concepção dos profissionais participantes dos Grupos Focais a respeito do Projeto ético-político	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	57
ANEXO I - QUESTIONÁRIO PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DO.....	57
ASSISTENTE SOCIAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS	57
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	65
ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS GRUPOS FOCALIS	66
ANEXO IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL.....	67
ANEXO V – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCALIS.....	68

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma análise de como acontece o entendimento a respeito do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro pelos profissionais que atuam em Santa Catarina. A base do estudo são os dados obtidos por meio da pesquisa intitulada Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional, financiada pelo CNPq/UFSC. A análise foi realizada a partir da compreensão que esses profissionais têm acerca do projeto profissional e como planejam e executam suas ações a partir desse debate.

O projeto profissional vigente no interior do Serviço Social brasileiro tem vínculo direto e estratégico com um projeto societário de classe de caráter crítico/transformador que atende os interesses da classe trabalhadora¹; sendo este que baliza o projeto profissional do Serviço Social conta atualmente com perspectiva hegemônica² entre os assistentes sociais.

Esse projeto chama o assistente social a se posicionar criticamente frente às demandas que surgem na realidade cotidiana. Dessa forma, o profissional tem o dever e o direito de buscar meios e respostas a fim de contribuir para com a transformação da realidade dos sujeitos, posicionando-se contra a desigualdade, a injustiça e as mais variadas expressões da questão social³, assim como também na defesa da democracia e direitos sociais. Sendo assim, é necessário buscar compreender, de maneira geral, como a realidade social mais ampla se inter-relaciona com a atuação dos assistentes sociais em Santa Catarina, tendo sempre como base os princípios norteadores do projeto profissional da categoria, estes que indicam o caminho para as ações dos assistentes sociais.

¹Segundo Antunes e Alves (2004) A classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos trabalhadores assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho.

²Essa hegemonia é debatida atualmente por BRAZ (2002).

³Entende-se Questão Social como caracterizada por Yamamoto (2005, p.77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

O pacto existente entre os profissionais do Serviço Social e a classe trabalhadora teve início a partir de 1960 na América Latina, com o chamado Movimento de Reconceituação⁴. No entanto, durante esse período, no Brasil, num primeiro momento, os assistentes sociais começaram a debater as mudanças em seu direcionamento político mais pautado na vertente modernizadora; passando, posteriormente, para a intenção de ruptura⁵, contando com a colaboração teórica das ciências sociais e humanas. Assim, possibilitando criticar o conservadorismo e buscar ruptura com o compromisso social que foi historicamente estabelecido com os interesses burgueses. Mesmo sob a pressão do golpe militar de 1964, o debate prosseguiu, renovando o Serviço Social. Foi a partir desse movimento que o assistente social passou a repensar seu fazer técnico-operativo, pois:

Os profissionais passam a interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações não somente na esfera econômica, mas também nas esferas política, ideológica e cultural. Entram em cena considerações relativas às classes sociais, ao Estado e ao papel das ideologias na análise e compreensão da realidade, possibilitando mudanças significativas, não só quanto aos referenciais teórico-metodológicos para o conhecimento da realidade, mas ao próprio fazer técnico-operativo. (SIMIONATO, p. 15. 1999)

⁴Segundo Netto (1981, p.59) o Movimento de Reconceituação, “enquanto fenômeno sócio-cultural, o processo de reconceptualização articulou-se como consequência da crise estrutural que, gestada desde meados dos anos cinquenta, afetou os padrões de dominação sócio-política vigentes na América Latina. Enquanto fenômeno profissional, ele instaurou-se como uma resposta possível elaborada por setores da comunidade profissional como alternativa à evidente falência do Serviço Social institucional que, no continente, sempre foi um Serviço Social tradicional”.

⁵Podemos afirmar que o Serviço Social a partir dos anos sessenta passa a ter tendências diferenciadas, podendo afirmar que houve basicamente três tendências teóricas com desdobramentos teóricos políticos diferenciados:

1ª) vinculada a uma tendência desenvolvimentista, que analisava o Serviço Social no interior das instituições e os desafios enfrentados na sua prática profissional, tem influências do funcionalismo, desenvolvimentismo, positivismo, psicologia clínica;

2ª) vinculada a uma perspectiva humanista e fenomenológica. Nesta perspectiva buscou-se pensar práticas profissionais concretas a partir do desenvolvimento dessas teorias junto ao Serviço Social. Importante aqui a colaboração de Anna Augusta de Almeida e da PUC/RJ;

3ª) vinculada a uma perspectiva marxista com seus vários desdobramentos que já foram analisados por vários estudiosos. (MANFROI, NÃO PUBLICADO)

Estamos convencidos de que analisar o conhecimento que os assistentes sociais, envolvidos nesta pesquisa, possuem a respeito de seu projeto de profissão é de extrema e urgente importância pelo fato de ser um tema pouco discutido no contexto acadêmico e profissional. Como nos afirma Netto (1999, p. 01) “é muito recente – datando da segunda metade dos anos noventa do século XX – o debate a respeito do que vem sendo denominado de projeto ético-político do Serviço Social.”

A necessidade de discutir e aprofundar o conhecimento a respeito do projeto profissional, também, é uma questão de ir ao encontro justamente do que ele preconiza no caso a socialização de conhecimentos, como nos diz também, Braz,

O relativo desconhecimento do Projeto ético-político pela categoria pode ser justificado pela precoce inserção do tema no debate do Serviço Social e, ainda (e em consequência disso), pela parca produção de conhecimentos acerca do tema – elemento fundamental para a socialização das idéias criadas no seio de uma determinada vanguarda [...] (BRAZ, p.01, 2002)

Partindo deste pressuposto, e também da disponibilidade dos dados que a pesquisa Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional dos Profissionais de Santa Catarina oferece é que se chega a este trabalho de conclusão do curso (TCC), percebendo a real necessidade de aprofundar o debate acerca do Projeto ético-político vigente. Com os dados dessa pesquisa, temos subsídio necessário para debatê-lo e relacioná-lo às atuais exigências do neoliberalismo e suas implicações no cotidiano do exercício profissional. Dessa maneira é primordial que aprofundemos este tema, de maneira a buscar o melhor caminho para a superação desse momento histórico.

Portanto, o objetivo geral desse estudo é entender a percepção que os profissionais participantes da Pesquisa “Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional” têm a respeito do Projeto ético-político. Os objetivos específicos são: buscar compreender a percepção que existe a respeito do Projeto ético-político entre os Assistentes Sociais participantes dos grupos focais; buscar apreender o entendimento que existe sobre o Código de Ética entre os assistentes sociais entrevistados na Grande Florianópolis; e fazer uma aproximação das dificuldades que os profissionais apresentaram para tentar trabalhar conforme prevê o Projeto ético-político.

Este trabalho contará com os dados da pesquisa supracitada, que teve início em 2008 e envolveu estudantes vinculados ao Programa de Educação Tutorial – PET; alunos do Programa Bolsa Permanência; e, também, alunos voluntários; todos acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Tal investigação teve como hipótese que as mudanças ocorridas no Brasil, no período posterior aos anos 1990 implicaram em transformações no mundo do trabalho, ampliando a precariedade de suas relações e inter-relações entre aqueles que dependem unicamente da venda da força de trabalho para sobreviver.

A metodologia empregada na Pesquisa e neste trabalho é quali-quantitativa, abordando dados qualitativos e quantitativos. A parte empírica contou com a aplicação de questionários (ANEXO I), caracterizados com questões abertas e fechadas. Possui caráter exploratório ao se propor conhecer uma determinada realidade, mas não esquecendo que esta deverá ser aprofundada por meio de futuros estudos.

O universo da pesquisa são os assistentes sociais inscritos no CRESS 12.^a região; sendo que a amostra da pesquisa foi aleatória e realizada tomando por base uma margem de erro de 7%; nível de confiança de 95% e uma perda amostral de 20%.

Os dados foram tabulados no Programa Epidata, (*Data Entry, Data Management and Basic Statistical Analysis System*), um *software* livre disponível na internet. Após a tabulação, os dados foram transportados ao Programa Excel e organizados em gráficos e tabelas, para análise estatística. Outro programa utilizado foi o Office Access da Microsoft que contribuiu no cruzamento dos dados; lembrando que todos os procedimentos para a organização dos dados foram realizados pelos estudantes da pesquisa.

Para coleta de dados no interior do Estado, foram realizados seis grupos focais, nas cidades de: Lages, Chapecó, Itapema e Tubarão (com trinta e oito profissionais, no total). Aplicaram-se cento e trinta e dois questionários na Grande Florianópolis⁶; e cinco

⁶ Municípios que compõe a Grande Florianópolis e que se inseririam no sorteio da amostra: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas.

entrevistas individuais com profissionais de referência. Sendo assim, o número final de assistentes sociais entrevistados pela pesquisa foi de cento e setenta e cinco profissionais. Isso somando os três momentos de coleta de dados. Para preservarmos a identidade e o sigilo dos entrevistados, utilizam-se os números dos questionários. Os dados, a respeito dos Grupos Focais, estão identificados a partir da numeração dos participantes. Assim, pretende-se manter o máximo sigilo das opiniões manifestadas durante a Pesquisa. No que se referem aos procedimentos éticos, as entrevistas – na grande Florianópolis – contaram com a solicitação de assinatura de um termo livre de consentimento (ANEXO II). Este termo também foi elaborado para as atividades desenvolvidas junto aos assistentes sociais dos Grupos Focais (ANEXO III) que contou, também, com o preenchimento de uma ficha de identificação dos participantes (ANEXO IV) e um roteiro de perguntas (ANEXO V). E ao final de todas as atividades da pesquisa, comprometemo-nos a dar o retorno de nossa investigação. Desse modo, depois de realizada a referida pesquisa, os dados já começaram a ser publicizados e discutidos junto aos profissionais.

No primeiro capítulo, faremos uma breve reflexão a respeito do Projeto ético-político profissional. Já no segundo capítulo, abordaremos as respostas dadas pelos profissionais da Grande Florianópolis, quando os mesmos foram questionados a respeito do conhecimento que possuem acerca do Código de Ética; da possibilidade de atuação conforme tal documento prevê; da participação sócio-política dos assistentes sociais, assim como a realização de suas atividades dentro das instituições. Enquanto, no terceiro capítulo, serão analisados os Grupos Focais e as respostas dadas pelos profissionais cotidianamente em relação as mais variadas expressões da questão social, num contexto muitas vezes carregado de opressão. Buscaremos analisar as opiniões expostas relacionando-as ao projeto profissional, sempre buscando compreender qual o entendimento que cada grupo específico tem a respeito do Projeto-ético político e como eles têm buscado efetivá-lo na cena contemporânea.

1. UMA BREVE REFLEXÃO A RESPEITO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

O Projeto ético-político do serviço social teve sua emergência durante a redemocratização da sociedade brasileira, num contexto de lutas por direitos sociais e embate político. Segundo BRAZ (2000), podemos resumir que a gênese do Projeto ético-político se localiza na segunda metade da década de 1970, avançou em 1980, consolidou-se em 1990 e está em construção até os dias atuais, no entanto “fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre” (idem p. 4).

Primeiramente, vale ressaltar que buscamos apreender o significado do Projeto ético-político em sua totalidade. Assim, tivemos base para observar a realidade com um olhar crítico e investigativo, relacionando as particularidades observadas no mercado de trabalho dos assistentes sociais às atuais estratégias do capital em manter a hegemonia de seu projeto de sociedade. Portanto, será necessário romper com a visão estritamente interna da profissão, como afirma Iamamoto:

Para analisar a profissão como parte das transformações históricas da sociedade presente, é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é, romper com uma *visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos*. E buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional; as condições e relações de trabalho nas quais se realiza; afetam as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social (IAMAMOTO, 2004, p. 7).

Acreditamos que ao analisar o exercício profissional a partir desta ‘visão’, e vinculá-lo à atual fase da sociedade capitalista, com todas suas características, seja parte do caminho que vai nos levar a avançar, enquanto categoria profissional, na construção de uma nova ordem societária, esta idealizada por meio do projeto ético-político, trata-se do “horizonte histórico do que Marx, em 1844, qualificava como emancipação humana” (BARROCO, 2008, p. 11).

O Serviço Social construiu, ao longo do tempo, um projeto profissional para iluminar e ainda mais, guiar o exercício profissional, perante as mais diversas situações que possam surgir no cotidiano. Dentre os projetos coletivos nos interessam os societários que na definição de Netto (1999) apresentam-se como uma imagem de sociedade a ser construída, possuindo determinados valores morais e éticos para justificá-la e dando prioridade a certos meios, que podem ser materiais e/ou culturais, para efetivá-lo.

Netto (1999), ainda, baseado na teoria marxista, afirmou que a sociedade não tem objetivo e nem finalidades próprias, apenas dispõe da existência em si, como mero fato. No entanto, a sociedade é composta por seres humanos. E são os homens e mulheres que sempre atuam de forma teleológica, ou seja, direcionando suas ações para metas e objetivos, criando projeções ideais e conseqüentemente transformando determinada realidade. Ao contrário de uma abelha, por exemplo, que produz o mel de forma perfeita, porém, ela não projeta sua criação, produz instintivamente. A citação abaixo esclarece esse ponto.

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la (NETTO, 1999, p. 2).

Os projetos societários são e serão sempre coletivos, ou seja, construídos por sujeitos coletivos, quer seja um corpo ou categoria profissional, ou por certa organização societária que vise à mudança ou manutenção de um determinado sistema econômico. No entanto, para que este projeto ganhe solidez e se afirme na sociedade, perante os usuários e outras profissões, é necessário que o corpo profissional seja fortemente organizado (NETTO, 1999).

Netto (1999), afirma também que na ordem do capital os projetos societários das classes proprietárias e politicamente dominantes sempre dispõem de condições muito mais favoráveis para enfrentar os projetos que respondem aos interesses das classes trabalhadoras, deixando estas a mercê de uma situação muitas vezes de extrema desumanidade.

Ainda nessa direção, remetemo-nos, também, a Iamamoto (2004) que afirma haver dois projetos societários em disputa. Um que aposta no avanço das conquistas da Constituição de 1988; outro que vai à direção da mercantilização dos serviços sociais. Um projeto conta com um:

Caráter universalista e democrático [e] informa a concepção de seguridade social na Constituição Federativa de 1988. Aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade (IAMAMOTO, p. 22, 2004).

Enquanto o outro vai à contramão, ou seja:

É polarizado por outro tipo de requisição, de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subverte o preceito constitucional. Observa-se uma inversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos (IDEM p. 22).

Nota-se que o projeto societário de caráter universalista vai ao encontro do projeto profissional do serviço social, pois ele também aposta no avanço da democracia e busca a equidade social, prezando pela emancipação humana, como se expressa no projeto ético-político. Já o segundo projeto, conta com hegemonia nos dias atuais e preza, antes de tudo, o lucro, agindo por meio da privatização das instituições públicas e buscando uma minimização do Estado, retirando dele a responsabilidade por diversas áreas sociais, ao suprimir direitos que foram historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Entre os projetos coletivos, temos os projetos profissionais que abrangem, no geral, profissões de nível acadêmico superior.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 1999:04).

E como nos projetos societários, os projetos profissionais são estruturas flexíveis e cambiantes, renovam-se e modificam-se conforme o momento histórico (NETTO, 1999). Nota-se esta flexibilidade dos projetos profissionais, quando nos remetemos ao serviço social. Anteriormente ao Movimento de Reconceituação, nossa profissão possuía um projeto profissional de caráter conservador e tradicional, ligado a Igreja Católica, com intenção de manter a ordem vigente. Hoje, está sendo buscado para efetivar a transformação da sociedade, quer no sentido da justa distribuição de renda ou na erradicação de todo tipo de preconceito e racismo, por exemplo. Basicamente o projeto é uma busca por um mundo ideal e possível. Ele é entendido e buscado por pessoas que não se contentam com o que já está imposto, que não aceitam que alguns se apropriem da riqueza que pertence a toda espécie humana.

Em meados de 1960 se iniciou o Movimento de Reconceituação na América Latina e, por consequência, no Brasil. Esse movimento se constituiu numa expressão de ruptura com o Serviço Social de caráter tradicional e conservador, que vinha estável até então. Observou-se, nesse momento histórico, uma profunda erosão do Serviço Social tradicional em muitos países, e seus protagonistas apostaram na possibilidade de uma nova identidade profissional, com ações mais voltadas às demandas da classe trabalhadora - que tomou proporções antes jamais vistas. Por consequência, cresceu a onda de movimentos reivindicatórios das classes subalternas que se opunham à ordem burguesa, e a categoria do Serviço Social acabou aderindo à luta (IAMAMOTO, 2009).

Em outro momento Netto (2005) afirmou que o cerne dessas mudanças foi uma “crise de fundo da ordem capitalista” (p. 7). Essa crise se derivou do exaurimento, isto é, da decadência de um padrão de desenvolvimento capitalista, que vinha estável desde o final da Segunda Guerra Mundial, e, no entanto, esse crescimento teve fim nos anos 1960. “O tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista [...] ganhou uma nova dinâmica e gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos” (p. 7).

Esse processo expressou um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos técnico-operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com particularidades nacionais. Há a abertura, desse modo, segundo Netto (2005), para a laicização da profissão e do pluralismo político e teórico. É nesse contexto que o debate brasileiro se aprofunda e desemboca no que chamamos hoje de Projeto ético-político. Define-se, portanto, a partir disso, um novo projeto profissional, aquele que se fundamenta em novos valores, no campo da ética e da política, no campo da teoria e da metodologia, de formação e também no campo técnico-operativo. Sendo assim, passa-se a estabelecer um novo direcionamento para a profissão perante a sociedade.

O projeto ético-político possui três elementos constitutivos: a) uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social, a partir do marco da renovação do final da década de 1970. Dessa forma, não cabem – no projeto ético-político contemporâneo – posturas teóricas conservadoras, presas aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem; b) dimensão jurídico-política que é identificada no âmbito dos “construtos legais” da profissão, tanto nas leis internas, quanto na legislação social mais ampla; c) esta última diz respeito à dimensão do projeto e é a político-organizativa, a qual, segundo Braz (2007, p.6) está “ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social.”

Pode-se dizer que o projeto ético-político tem seu fundamento na construção de uma nova sociedade, mas que se particulariza numa determinada profissão. Assim, pode-se falar do Serviço Social, que está em constante tensionamento com a tendência de privatização posta em decorrência do projeto neoliberal. É nesse contexto que passaremos à análise dos dados, a partir da pesquisa Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

2. REFLEXÕES A RESPEITO DO CÓDIGO DE ÉTICA TENDO COMO REFERÊNCIA A PESQUISA MERCADO DE TRABALHO, EXERCÍCIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA

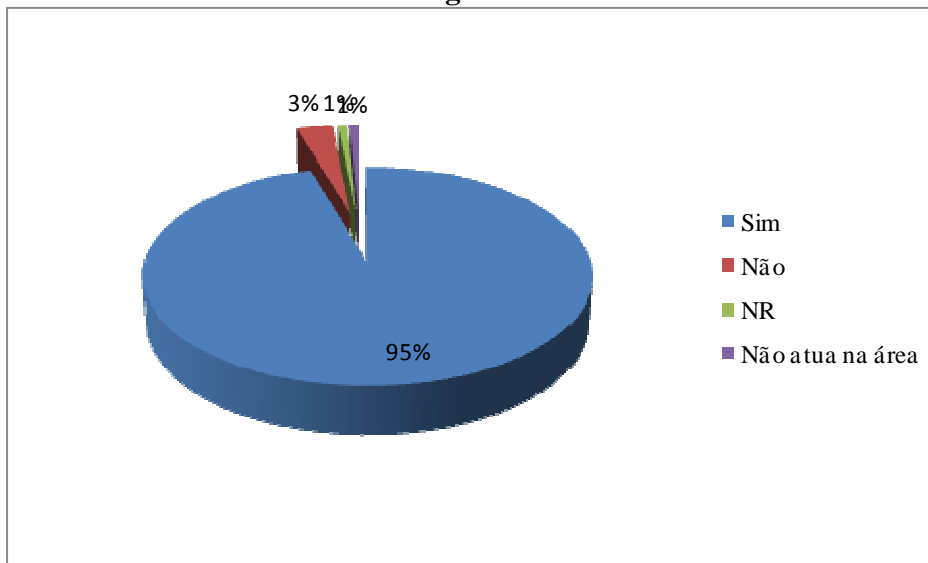
Quando nos referimos ao Código de Ética de 1993, podemos refletir acerca do significado desta dimensão normativa. Podemos resumir que a Ética, inscrita no projeto profissional, exige uma ação prática dotada de uma moralidade que vai além do dever ser e se institui no espaço do vir a ser, isto é, no momento em que a teleologia que está inscrita nas decisões se objetivam em ações práticas voltadas a superação dos obstáculos à liberdade. A ética se coloca, portanto, como uma práxis, ou seja, supõe uma prática.

Os valores e os princípios nesse documento são humanistas. Isso significa a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo, defendem - de maneira geral os direitos humanos. Esses valores é que são guias para o exercício profissional cotidiano. No campo ético-político, o reconhecimento da liberdade é de valor central. Significa reconhecer a autonomia dos sujeitos, defendendo sua plena emancipação ao buscar a expansão de seus direitos. Cabe resumir que a liberdade é simultaneamente a capacidade de escolha consciente e dirigida a uma finalidade, assim como, também, a capacidade prática de criar condições para a realização dessas escolhas e para outras que venham a ser criadas (BARROCO, 2008).

Neste momento, buscaremos problematizar a questão a respeito do Código de Ética, em relação ao conhecimento que os profissionais têm acerca dessa dimensão do Projeto ético-político. Aqui, pretende-se realizar uma análise das respostas dadas pelos profissionais a respeito do conhecimento sobre o Código de 1993, e sua “aplicabilidade” na instituição atuante. A pergunta elaborada para esse fim foi: *Você conhece o Código de Ética de (do assistente social) 1993?*

No gráfico abaixo, pode-se observar as respostas dadas pelos profissionais a respeito desse questionamento.

Gráfico 01. Você conhecer o Código de ética de 1993?

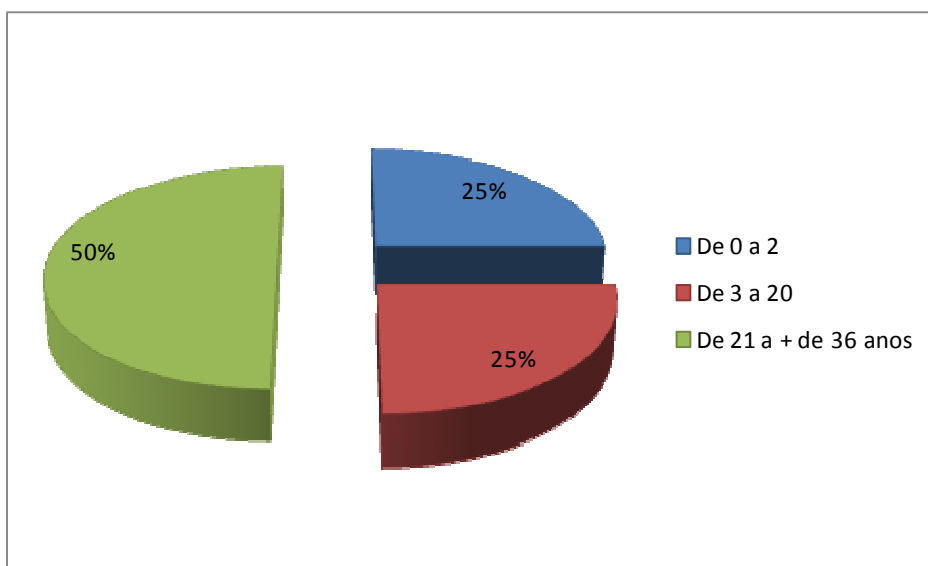


Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

Pela análise, concluiu-se que cento e vinte e seis assistentes sociais têm conhecimento acerca do Código de Ética de 1993. Isso equivale a 95% do universo total dos entrevistados. Enquanto, quatro pessoas, ou seja, 3% declararam não ter conhecimento a respeito dele. Uma pessoa não respondeu a pergunta, equivalendo a 1% e outra não atua na área (1%).

Dos profissionais que responderam não conhecer o Código, realizou-se uma relação com o tempo de conclusão do curso: o tempo que está formado na área; também, levou-se em conta a hipótese de que se formaram antes da aprovação do Código de Ética de 1993. Isso pode ser evidenciado, no gráfico abaixo, pois o mesmo se refere somente aos profissionais os quais respondeu que não conhecem o código, ou seja, quatro profissionais.

Gráfico 02- Tempo de Conclusão da graduação

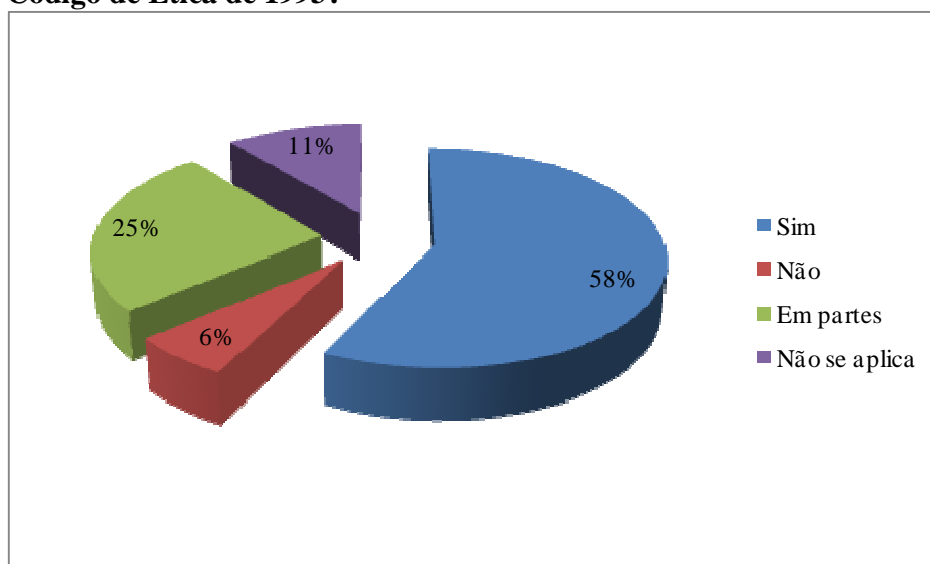


Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

Pelo gráfico evidencia-se que dois profissionais, os quais declararam não conhecer o Código, formaram-se há mais de 21 anos, o que equivalente a 50% do total. Isso significa que nessa época ainda não havia sido reformulado o atual Código de Ética. Dos outros dois profissionais, um se formou há menos de cinco anos, e o outro afirmou que está formado entre dezesseis a vinte anos. Enquanto o último afirmou que desconhece o código de 1993. Portanto, pode-se concluir, a partir das respostas, que o tempo de formação não foi determinante para justificar a falta de desconhecimento do código.

A respeito da segunda questão: *As condições de trabalho permitem a atuação profissional tendo por base o Código de Ética de 1993?* Cento e treze profissionais responderam à pergunta. Após, a resposta dada dos profissionais à pergunta, pedimos para que a justificassem. No questionário havia três opções de respostas: Sim, Não, e Em partes. A partir das respostas dadas aos profissionais, sistematizamos os dados, conforme explicitado no gráfico abaixo.

Gráfico 03 – As condições de trabalho permitem a atuação tendo por base o Código de Ética de 1993?



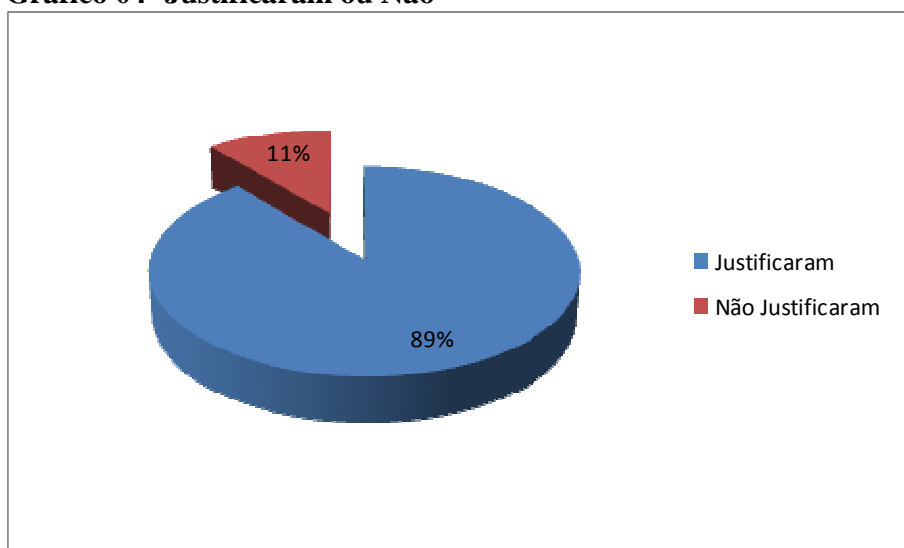
Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

Do universo que respondeu à pergunta, como pode ser conferido no gráfico acima, um percentual de 58%, o equivalente a setenta e três profissionais, responderam positivamente, ou seja, que as condições de trabalho na instituição propiciam o agir profissional baseado no Código de Ética de 1993. Já 6% dos outros declararam que não têm possibilidade de trabalhar, conforme prevê o Código, correspondendo a oito assistentes sociais. Enquanto, trinta e dois profissionais responderam que é possível trabalhar a partir do Código, porém, em partes, o que corresponde a 25% dos que responderam afirmativamente à

pergunta. Também, contamos com 11% entre desempregados, não atuantes na área de serviço social, ou que se recusaram responder à questão.

Em relação à justificativa, observou-se que 97% dos profissionais justificaram suas respostas, enquanto 3% nada justificaram. No entanto, ficou bem claro que àqueles que justificaram, tanto para sim, como para não, ou em partes, tiveram respostas muitas vezes semelhantes. Abaixo o gráfico correspondente as justificativas.

Gráfico 04- Justificaram ou Não



Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

Como se pode perceber, 89% dos profissionais justificaram sua respostas, enquanto 11% nada disseram. Para ficar mais nítida a percepção desses profissionais, as justificativas foram divididas conforme os termos usados pelos entrevistados. A sistematização foi realizada a partir do agrupamento com respostas que abrangem os mesmos termos citados no Código de Ética Profissional de 1993. Apresentamos, aqui, os mais usados, que foram Autonomia, Sigilo e Estrutura física da Instituição, Princípios do Código (aqui são as respostas que melhor contemplaram a pergunta). Após agrupamento das respostas, analisamos as categorias correspondentes.

No quadro a seguir, podem-se observar com maior clareza as justificativas positivas a respeito da possibilidade de atuar, conforme prevê o código de ética.

Quadro 1. Porque consegue atuar conforme prevê o Código de Ética Profissional. (profissionais que responderam Sim e justificaram.)

Respostas	Frequência Absoluta
Sigilo/ Estrutura Física	15
Princípios do Código	14
Posicionamento Político	08
A própria Instituição	07
Autonomia/ Liberdade	06

Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

Ao responderem que a Instituição permite a atuação, como prevê o Código, justificando com isso a categoria *Sigilo Profissional/ e/ou Estrutura Física*, temos as seguintes respostas:

“Principalmente em relação ao Sigilo Profissional.” (Questionário 467)

“Tem sala arejada, sigilo, há computador com internet, os documentos são guardados, banheiro, falta só um veículo, que prejudica, tem sala para atender famílias.” (Questionário 530)

“Na empresa que trabalho permite com estrutura física espaço para implantação, execução e elaboração de políticas que possibilitem acesso aos direitos da população.” (Questionário 906)

“Tem sala para atendimento individual, arquivos para prontuários, não possui móveis adequados falta espaço físico adequado, tem sigilo profissional.” (Questionário 686)

“Tem condições de sigilo garantido, há também condições materiais, relação com o usuário é garantida (sala para atendimentos individualizados), a relação com outras instituições é boa.” (Questionário 451)

“O trabalho é respeitado, atende o Código de Ética de 1993, há espaço para atendimento e sigilo é respeitado.” (Questionário 58)

“Sigilo, espaço físico adequado e ambiente organizacional.” (Questionário 543)

Entretanto, a questão do Sigilo⁷ é somente um capítulo do Código, não tem como responder que as condições institucionais permitem a atuação somente por que existe *sigilo e ou infra-estrutura física*, porém as respostas foram essas. No que diz respeito às condições físicas para a realização do trabalho profissional do assistente social, o CFESS (2006) prevê como deve ser a infraestrutura física e material do espaço considerado adequado aos atendimentos:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a) iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b) recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c) ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d) espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006).

Assim, notadamente, percebemos que esses profissionais que responderam apenas pelo sigilo e infraestrutura valorizam muito esses dois aspectos e não comentam a respeito dos demais itens e princípios do Código, nem a favor do Projeto ético-político. Precisamos elevar nossa discussão para muito além do sigilo profissional, não descartando obviamente a importância explícita deste.

⁷Art. 15 - Constitui direito de o assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 - O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único - Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 - É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Parágrafo único - A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento. (CFESS, 1993).

No item classificado, neste trabalho, como “princípios do Código”, definimos para tal, aqueles, que melhor responderam a pergunta feita, ou que tiveram maior abrangência de categorias fundamentais, conforme prega o Código:

“O Código é orientador de todas as ações, então ele ilumina, existem dificuldades, mas não impedem de realizar o trabalho e almejar o que o Código coloca.” (Questionário 93)

“Seguindo o Código de Ética no que refere à democracia, liberdade, diversidade e justiça social.” (Questionário 922)

“O serviço social é constituído dentro da instituição, tem uma história de luta e por isso tem suas prerrogativas respeitadas.” (Questionário 819)

“O Código de Ética é um dos nossos grandes temas de estudo, tê-lo por base em nosso ambiente de trabalho é vital para a própria função que estamos executando.” (Questionário 244)

“Possibilidade de autonomia, qualificação contínua, respeito aos princípios e valorização da profissão.” (Questionário 194)

“O sigilo é preservado; as intervenções são autônomas; o uso dos instrumentais também é autônomo; é respeitado o direito do usuário; atividades são preservadas, a competência de cada área na relação interdisciplinar.” (Questionário 498)

“Oferece condições técnicas para desenvolvimento do trabalho, assim também como condições éticas.” (Questionário 924)

“Os princípios são o norte de nossas ações, embora muitas vezes tenhamos que lutar para valer o direito, pluralidade de idéias, e ter espaço físico de trabalho adequado e digno.” (Questionário 941)

“Possui sigilo profissional garantido pelo espaço de trabalho: arquivos e espaço físico. Autonomia para construir proposta de trabalho, respeito com a matéria do Serviço Social para a atuação também.” (Questionário 55)

Vê-se pelas respostas supracitadas, que esses profissionais entendem que os princípios do Código de Ética são fundamentais para a atuação profissional qualificada, tendo em vista atingir as propostas do Projeto ético-político. Nas falas também percebemos a importância atribuída à autonomia no cotidiano profissional, pois é a partir dela que há possibilidade para construção de espaços para discutir ideais e projeções, a fim de efetivar propostas de trabalho intencionadas a almejar aquilo que se propõe a profissão.

Nessa linha de análise, seguimos com as falas dos profissionais que abordaram o tema da autonomia, obtivemos vários apontamentos positivos acerca da valorização profissional e abertura para um fazer profissional livre.

“Tenho autonomia, participo de conselhos e fóruns. A instituição proporciona que participe de outras frentes de trabalho. Tem suas propostas acatadas.” (Questionário 301)

“O Serviço Social é respeitado na instituição e ouvido, tem autonomia.” (Questionário 100)

“Permite buscar a autonomia dos indivíduos, prestarem as informações para contribuir na emancipação, caráter político da gestão” (Questionário 399)

“Tem autonomia para realizar o trabalho.” (Questionário 129)

“Há autonomia para atuar de acordo com o Código de Ética.” (Questionário 747)

“As áreas são bem delimitadas, a direção não interfere no trabalho. Plena liberdade, não tem pressão por parte da direção. Existe autonomia.” (Questionário 160)

Nesse sentido Simões (2009) afirma que a autonomia é um direito e um dever do assistente social em seu exercício profissional, ou seja, ela é assegurada na Lei nº. 9.662/1993 nos artigos 4º e 5º. No entanto, no cotidiano da profissão, é algo complexo e muitas vezes de difícil acesso. Trata-se de um direito, porque entre as inúmeras tarefas atribuídas ao assistente social, dentro de uma instituição, algumas delas são da própria competência do profissional, de discernir entre o certo e o errado a respeito de seu trabalho, a instituição pode determinar ao profissional a elaboração de um laudo social, mas jamais poderá impor os juízos de valor que ele irá se fundamentar (SIMÕES, 2009). Ainda, segundo Simões (2009), o poder diretivo, nesse caso, a instituição, pode tentar reduzir as atribuições e competências privativas do profissional, diminuindo o campo da autonomia a atividades meramente técnicas. Porém, decorre da natureza das atividades profissionais, que sua execução seja praticada com discernimento pessoal/profissional, adquiridos por meio de conhecimentos específicos e não apenas tecnicamente. Portanto, o assistente social

não poderá exercer de forma competente suas tarefas se não tiver assegurado o direito da autonomia profissional.

Por outro lado, não podemos esquecer que a autonomia é quase sempre relativa e não depende apenas da competência individual do profissional. Essa relatividade da autonomia é desencadeada pelas instituições e demais organismos empregadores, pois estes têm o poder de interferir nas metas e projetos do assistente social, ao traçarem atribuições e competências e administrarem recursos financeiros e materiais, entre outras interferências. Como assinalado abaixo:

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO, 2009, p.16).

Portanto, mesmo que o assistente social seja dotado de *relativa autonomia*, ele tem assegurado em lei o poder de planejar e realizar seu trabalho por sua própria conta, seguindo as competências e atribuições privativas e as dimensões normativas constantes no Código de Ética da profissão. Ao relacionarmos a autonomia ao Projeto ético-político, Iamamoto (2009, p.23) nos afirma que “os objetivos e projetos propostos, que direcionam a ação, têm uma importância fundamental, na afirmação da condição dos indivíduos sociais como sujeitos na história”. Isso demonstra a importância em vencer a barreira institucional que relativiza a autonomia do profissional.

Quando os profissionais investigados foram questionados a respeito da possibilidade de incorporação dos princípios do Código de Ética na instituição, verificou-se que, na fala de oito profissionais, fazer valer o Código é apenas uma escolha/opção política. Na opinião deles, seguir as prerrogativas do Código de Ética se trata de competência profissional, de posição política definida frente à instituição e às barreiras que ela pode trazer para a

realização de ações que prezam a liberdade, a emancipação humana, a luta pela igualdade entre as pessoas, entre outras prerrogativas que prega o Código de Ética profissional, a lei que regulamenta a profissão, além de diversos documentos do Serviço Social.

Esses profissionais, que afirmam realizar o trabalho dentro do que preconiza o Código de Ética, conseguem essa realização por meio da competência profissional, pelo que percebemos nas falas, eles se colocam num embate contrário àquilo que não vai ao encontro do Projeto ético-político. Isso pode ser evidenciado nas falas abaixo.

“É condição/ opção política, não só cumprimento das prerrogativas do Código de Ética, como também a adesão ao Projeto ético-político profissional, pautado nos princípios constantes no Código de Ética” (Questionário 204).

“Conquistei o espaço de trabalho adequado, tendo em vista que no começo [...] faltava espaço para desenvolver o trabalho adequado de acordo com o Código de Ética. Hoje consegui um espaço com privacidade (sala individual, telefone, computador, fichários, a sala também é chaveada e controlada pela mesma)” (Questionário 383).

“Toda atuação [...] dentro do que preconiza o Código. Se não for dentro desta linha, não faz, mesmo que se sinta pressionada” (Questionário 178).

“Mas depende do profissional, tem profissional que não busca ter uma atuação com base no Código de Ética” (Questionário 552).

“Porque é o profissional que faz na relação com o contexto institucional e/ou na relação como segmentos da sociedade civil organizada” (Questionário 355).

“Acredito que minha postura ética e profissional fazem com que eu possa realizar um trabalho de excelência com muita competência” (Questionário 502)

“Alguns profissionais não têm entendimento da categoria o que impede a possibilidade de atingir os objetivos” (Questionário 289)

Podemos dizer que os profissionais citados acima exercem sua liberdade, que:

não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolhas entre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva (BARROCO, 2009 p. 26).

Na perspectiva crítica “a liberdade é, simultaneamente, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas” (Idem p. 28). Portanto, para exercer a liberdade, o sujeito necessita ter condições de escolha e optar por uma projeção social, e estabelecer as estratégias, os meios e os instrumentos para atingir tal projeção.

Ainda nesse sentido, - quando os assistentes sociais afirmam atuar, conforme prevê o Código de Ética a partir de seu posicionamento político, como nas falas acima -, percebemos que mesmo limitada à ética, como descrita no começo do capítulo, preserva-se no dia a dia do profissional. Assim Barroco (2009, p. 20) diz que “a responsabilidade ética profissional (...) exige a participação ativa dos sujeitos coletivos, que (...) são os protagonistas de escolhas e posicionamentos de valor.” Ressalta-se nesse ponto que “o nível de exigência dessas escolhas e as mediações que elas encerram variam qualitativamente, de acordo com determinações historicamente condicionadas” (p. 20).

Ainda a respeito dessa questão, da atuação de acordo com o Código de Ética, alguns profissionais citaram o espaço institucional como propício para trabalhar de acordo com os princípios:

“O espaço de uma universidade pública permite maior autonomia e liberdade para aplicação ao Código de Ética na intervenção profissional” (Questionário 912)

“A instituição oferece condições boas para o trabalho” (Questionário 291).

“A empresa dá condições e não impede que se trabalhe com base no Código de Ética, respeitando seus princípios éticos” (Questionário 453).

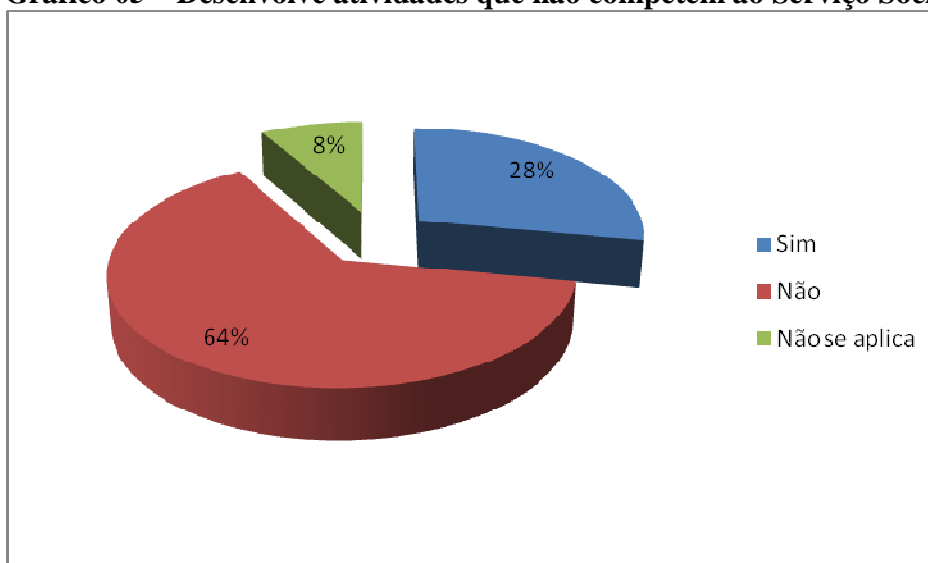
“A instituição respalda as ações” (Questionário 251).

“A Empresa é organizada e tem por princípios o bom atendimento. Empresa bem disciplinada, trabalho em primeiro lugar” (Questionário 384).

“A Universidade X sempre foi muito aberta para o cumprimento do Código de Ética” (Questionário 133).

No item em que diz respeito às atividades exercidas pelos profissionais, dentro das instituições, questionamos se *desenvolvem atividades que não competem ao Serviço Social*, assim obtivemos os seguintes dados.

Gráfico 05 – Desenvolve atividades que não competem ao Serviço Social?



Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

A título de exemplo, é relevante citarmos abaixo algumas respostas dadas pelos profissionais:

Fazer terminal/ receber os alunos, levar até a sala, substituir professores, festas da escola, faz de tudo (Limpeza, organização, decoração) questões de higiene pessoal dos alunos chegam ao Serviço Social (Questionário 07)

Orientação quanto transferência fora do domicílio, que poderia ser feito por um funcionário de Ensino Médio. (Questionário 16)

Em relação à particularidade, acaba envolvendo outras áreas como psicologia e direito. (Questionário 185)

Parte administrativa, controle, coordenação, divulgação (mas voltado para a área). Essas atividades fazem parte, é conjunto. Tem pessoas para administração, só faz parte. Elaboração de documentos. (Questionário 207)

Participação em pedágios, organização de festas, serviços bancários, prestação de contas da instituição. (Questionário 467)

Psicologia: fazer atendimentos que envolvam trabalho específico do psicólogo. (Questionário 517)

Desenvolve atividades técnico-administrativas (atender telefone, perfurar pastas, organizar arquivos, etiquetar cadastros) visto que não há profissional para essas funções específicas. (Questionário 707)

É expressivo o número (28%) de assistentes sociais que praticam atividades diversas que não lhes competem. Dois profissionais afirmam inclusive desenvolver atividades que são privativas de outras profissões, como do direito e da psicologia. Foram, também, colocadas atividades administrativas e até de limpeza do local de trabalho.

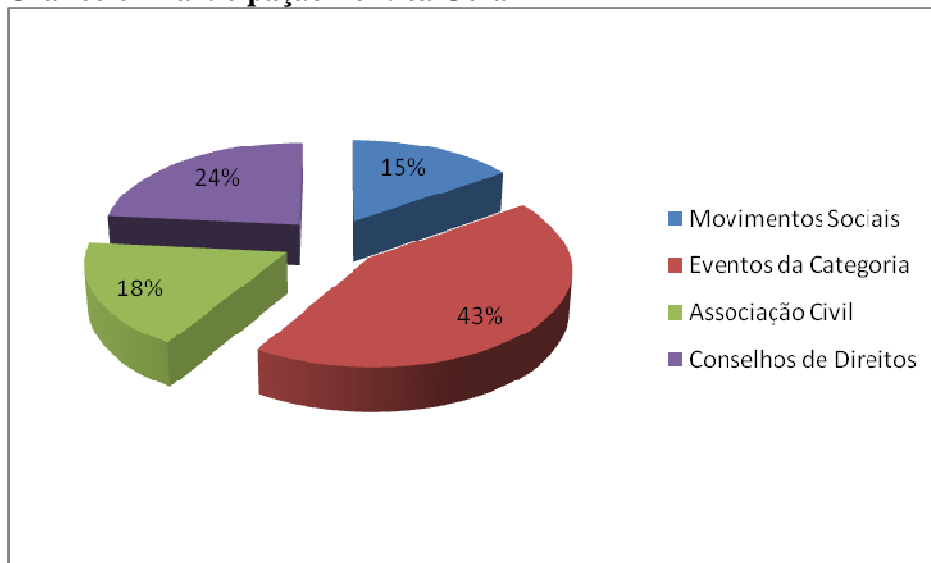
Esta precarização existente no mercado de trabalho dos assistentes sociais entrevistados está intimamente relacionada aos processos de re-estruturação produtiva que o atinge através da “redução de postos governamentais, principalmente nos níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos” (RAICHELIS, 2009, p.7). Consequentemente houve intensificação dos processos.

Processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2009, p.7).

Em relação às demais perguntas do questionário, aquelas que, por exemplo, remetem-nos de alguma forma ao Projeto ético-político, temos também a questão da participação (ou não) dos entrevistados em Conselhos de Direitos, Movimentos Sociais, Eventos da Categoria e Associações Cívicas. É importante destacar que essa participação faz do assistente social um sujeito consciente, tanto em caráter profissional, como pessoal.

Abaixo, um gráfico com a participação dos assistentes sociais em movimentos de cunho sócio-político.

Gráfico 6 - Participação Política Geral



Fonte: A Realidade Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina: Mercado de Trabalho, Exercício e Formação Profissional

A falta de tempo foi uma das justificativas mais elencadas para a não participação em movimentos. Os dados acima enunciam que o maior índice de participação dos assistentes sociais é da Grande Florianópolis, o que corresponde a oitenta e cinco profissionais (43%), concentra-se nos eventos realizados pela categoria. Por outro lado, a menor frequência situa-se na participação em movimentos sociais, contabilizando trinta profissionais (15%) do total de cento e trinta e dois profissionais entrevistados.

Em relação às justificativas para a participação em eventos da categoria, temos diferenciadas respostas, como o “*comprometimento ético-político*” na fala, por exemplo, de uma das entrevistadas (Questionário 924). Além dessa fala, temos também as seguintes justificativas:

“Porque é uma forma encontrar pessoas, obter conhecimento do que está ocorrendo, das atualizações” (Questionário 759).

“Pelo compromisso com o aprimoramento intelectual, de acordo com o Código de Ética” (Questionário 454).

“Interesse em manter atualização das informações, bem como participar para a difusão do conhecimento e mobilização/organização da sociedade” (Questionário 781).

“Alimentação do ponto de vista teórico bem como aumento a disposição político psicológico etc. Novas experiências” (Questionário 361).

“Oportunidade de participar dos debates, encontro para trocas de experiências profissionais com a categoria e formação profissional. Viabiliza a produção profissional. Intensifica a reflexão sobre os rumos da profissão e seus impactos na questão social. Instigam a identificação de objetos de pesquisa e de intervenção profissional” (Questionário 355).

Verifica-se que a participação desses profissionais em eventos promovidos pela categoria se dá pela oportunidade de capacitação. Isso é bastante relevante, no entanto a reatualização teórica concomitante aos eventos é primordial para a real qualificação do exercício profissional. A constante atualização teórica é essencial para fortalecer intelectualmente os assistentes sociais diante das mudanças societárias que estão em curso. Essas foram as falas mais expressivas recolhidas durante as entrevistas na Grande Florianópolis. Com certeza ainda há muitos aspectos que precisam ser aprofundados e refletidos todos os dias do exercício profissional.

CAPÍTULO 3: CONCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS A RESPEITO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Apresentados os dados da Grande Florianópolis a respeito do Projeto ético-político, passaremos, então, a destacar as concepções que surgiram nos grupos focais, como foi afirmado, foram realizados no interior do Estado de Santa Catarina, nas cidades de Chapecó, Lages, Itapema e Tubarão. Ao todo foram realizados seis grupos focais com a participação de trinta e oito profissionais. Portanto, são dados que não poderão ser generalizados.

A pergunta realizada nos Grupos Focais foi anunciada de forma clara e objetiva, pois pretendeu buscar subsídios mais precisos para entendermos como os assistentes sociais percebem o Projeto ético-político no dia a dia do exercício profissional, assim colocamos a seguinte questão: *Como se dá a mediação entre o exercício profissional e o Projeto ético-político da categoria?* Com isso obtivemos diferentes concepções/ respostas a respeito da pergunta em evidência.

De forma geral, as respostas dadas relacionaram-se muito bem às dificuldades vividas no exercício profissional a um contexto maior, de precarização do mundo do trabalho, por exemplo. Porém, poucos profissionais falaram diretamente acerca da íntima relação que existe entre o Projeto ético-político da categoria e o da classe trabalhadora. O que foi observado e constatado, a partir dos dados, foi uma falta de clareza maior, mais consciente a respeito dos valores que orientam a finalidade das ações profissionais. Isso pode ser justificado pela recente inserção do tema em eventos realizados pela categoria e pela pouca produção de conhecimentos sobre o Projeto ético-político (BRAZ, 2000).

Foi a partir do IX CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) em 1998, cujo tema foi o Projeto ético-político, que vem aumentando a necessidade entre nós de aprofundar o conhecimento sobre o projeto profissional, este que nos proporciona embasamento para todo exercício da profissão. Pode-se dizer que apesar de haver este relativo desconhecimento sobre o projeto, há incorporação dele entre a categoria dos

assistentes sociais. É inegável que seus traços estão presentes no dia-a-dia dos assistentes sociais (BRAZ, 2000).

Conforme fomos sistematizando os dados, notamos esta relativa incorporação do Projeto ético-político pelos assistentes sociais participantes da pesquisa, o que não significa, necessariamente, que tal projeto esteja sendo entendido e concretizado em sua totalidade. A fala da profissional citada abaixo reafirma esta discussão acerca do Projeto profissional:

“O Projeto ético-político para mim é quase que orgânico. Porque eu sou protagonista dele desde estudante. Particpei de todas as instâncias do movimento estudantil (...). Tenho certeza que muita gente não sabe o que é o Projeto ético-político, palavras como cidadania virou senso comum (...) todo mundo fala de Projeto ético-político, mas efetivamente não sabe o que está falando. Tem pessoas, na profissão que não sabem quais são as diretrizes curriculares e por onde passam as teorias e métodos da profissão, da escolha profissional, tem pessoas que não conseguem diferenciar método de instrumento (...) eu acho que sabem diferenciar, mas não se posicionam eticamente, politicamente mesmo (...).” (Participante 21)

Por outro lado, talvez devido à falta de clareza sobre a profissão, outra participante relacionou diretamente o projeto de certa instituição ao projeto profissional dos assistentes sociais, no entanto ela não explica o porquê, quais são os objetivos a que se propõem um e outro.

“Então vou começar. Assim, com relação ao Projeto ético-político, é muito tranquilo. Porque no caso da instituição X, eles se coadunam. A missão da Instituição X é o Projeto ético-político, então é muito tranquilo [...]” (Participante 06)

Outra profissional faz uma vinculação direta entre o projeto da profissão e a política pública.

“Acho que esse Projeto ético-político, vamos dizer, que a gente vê dentro da instituição x, é tentar seguir a política do SUAS. Sempre se discute bastante isso. A NOB RH, tenta se adequar, até porque tem o convênio, recebe muito dinheiro do governo federal, do MDS, então, tem essa política de tentar se adequar, o máximo possível, se aproximar dessa proposta do SUAS. E não é muito discutido não. No dia a dia essa tentativa de implantação que a gente vê por parte dos

gestores. E nós também, reivindicando, tentando nos adequar a essa nova proposta” (Participante 01)

As duas profissionais citam as instituições relacionando-as ao Projeto ético-político, nota-se que a segunda entrevistada, também, relaciona o projeto profissional do serviço social à política pública, neste caso o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Assim, mais uma vez, notamos a percepção de que há uma relação direta entre o projeto profissional e as políticas públicas existentes. Isso pode ser evidenciado no depoimento que segue.

“Acho que quanto à questão do Projeto ético-político, a gente desde o primeiro momento da implantação da assistência no município tem esse compromisso. A gente busca, é bem desafiador. As muralhas às vezes são grandes, você tem que ultrapassar, mas [...] não dá pra desistir. Tem que ter essa persistência. E a gente tem essa relação também com os movimentos sociais no município, na região. Então assim é tranquilo” (Participante 03).

Parece que há uma aceitação da política de assistência social de forma acrítica, sem as devidas análises acerca da focalização, da fragmentação, da falta de financiamento que estão postas na política de assistência social. O fato de a assistência social não ser universal sequer é questionado pela profissional. Mais uma vez, faltam as mediações entre a relação entre a realidade profissional e a totalidade da vida social. “Tem que ter essa persistência”, pode-se inferir o significado dessa fala como que o profissional precisa ter clareza do seu papel nessa defesa. Nesse caso específico, percebemos um princípio que foi bem lembrado na fala, o fortalecimento da relação com os movimentos sociais, no sentido de fortalecer os sujeitos envolvidos.

A defesa das políticas públicas é também parte do Projeto ético-político, defendê-las faz parte de uma estratégia de enfrentamento ao projeto neoliberal que ora está posto. Nesta direção, podemos nos remeter mais uma vez a Yamamoto (2004), em sua afirmação acerca da existência de dois projetos societários em disputa nos dias atuais. Aquele que defende a universalização dos direitos da classe trabalhadora, o aprofundamento da democracia e pretende ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. E por outro lado, o projeto neoliberal, o qual defende o crescimento do capital com lucros cada

vez maiores, mesmo que para isso diminua o acesso da classe trabalhadora a bens e serviços públicos.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo é uma doutrina que ataca de forma apaixonada qualquer “limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (p.9). Outras conseqüências do modelo neoliberal são o crescimento da exclusão e a despolitização da questão da pobreza.

Essa restrição do projeto profissional à execução de políticas públicas fez parecer, novamente, que alguns profissionais participantes da pesquisa não têm clareza da totalidade que abrange a vida em sociedade.

Yasbek (2009) discute o significado sócio-histórico da profissão, e na dimensão de totalidade.

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de superação (YASBEK, 2009, p. 4).

Sendo assim, é importante que o profissional tenha noção que trabalhamos e vivemos numa sociedade em constante movimento, lugar onde produzimos e reproduzimos determinados modos de viver e de sobreviver. Se restringirmos nossa ação a algum ponto focalizado, como nas políticas públicas, sem olhar crítico e investigativo, automaticamente, estaremos também fragmentando a emancipação do sujeito.

Outra assistente social se manifesta, ela afirma a importância do papel da formação profissional para a efetivação do Projeto ético-político e a relação dos docentes com as entidades de representação, mostrando a tensão existente na relação com a identidade profissional.

“Então, eu acreditava que se a gente trabalhasse na raiz a gente ia construir novos potenciais, investir no ser profissional, eu não sei se a gente pode, mas a questão da educação é construída, então acho que os novos indicadores do projeto ético-político se tornem concretos. Pra você poder, a sala de aula é força de construção, professor não é maior do que o aluno. Eu conheço muitos colegas

assistentes sociais que até pedem afastamento do CRESS porque eles entendem que quando eles são professores eles não são mais assistentes sociais, isso é ridículo porque a gente só pode dar aula para o serviço social, então eu me sinto assistente social dando aula, e não gosto de usar a palavra usuário, eu tenho um pouco de aversão, mas nossos usuários, o aluno passa a ser um usuário, então você tem que ir ali fazer o mesmo exercício da construção coletiva, eu acho que eu sou apaixonado, porque quando você entra na sala de aula você se torna um ser provocador, você desestabiliza, porque eles vêm do processo assim, de uma região, questão da educação brasileira é uma coisa complicada e numa cidade como a nossa mais ainda, porque aqui e que não se quer que as pessoas pensem efetivamente, então as pessoas chegam aqui de um segundo grau, naquela perspectiva copiadora que o professor é maior que você e isso não existe. Nós somos pessoas que temos que construir esse conhecimento coletivamente, a gente tem que respeitar o senso comum e a gente tem que trabalhar com nossos indicadores do nosso projeto ético-político com o código de ética todos os dias” (Participante 21)

Averigua-se, no depoimento acima, que a assistente social problematiza a importância da construção coletiva da profissão, da referência ao Projeto ético-político e a importância da formação profissional nesse processo. A respeito disso e no sentido de efetivar o projeto profissional, há falas enfatizando a importância da reflexão nesse processo, sobre o exercício profissional, como na fala abaixo.

“(...) É um pouco difícil falar disso, mas eu vou falar, senão for bem esse o caminho vocês me ajudem (...) quando a gente sente que está fazendo uma mediação com o Projeto ético-político, ou seja, quando a gente está pensando nele, é exatamente quando a gente está infringindo ele. Quando a gente se sente infringindo o nosso Projeto ético-político (...) a gente vive um grande dilema, porque a gente se sente infringindo (...) gente está muito preocupado com isso.” (Participante 25)

Nessa fala, vê-se que há uma tensão clara entre o objetivo institucional e o profissional e o tensionamento no cotidiano profissional entre o projeto universalizador e o neoliberal. Para dar mais veracidade a essa questão, trazemos a fala de outra assistente social, a qual nos traz a seguinte reflexão.

“Então [...] às vezes é o posicionamento do outro que vai contra o nosso projeto [...] ai tem uma questão de competência teórico-metodológica, porque [...] se eu não tenho o mínimo de competência teórico-metodológico eu não vou conseguir perceber. [...]” (Participante 31)

Assim como essas profissionais, que estão preocupadas com o rumo do projeto profissional e sua efetivação no dia a dia, também há outras como ela, a participante abaixo se posiciona a favor, também, da busca pelo conhecimento como forma de conquistar autonomia.

“Enquanto Projeto ético-político do profissional. Eu acho que você conquista tua autonomia [...] com postura e com conhecimento, eu tenho autonomia total no meu município, mas é uma coisa que eu conquistei [...] Então eu ainda vejo que o concurso público também é uma forma de reforçar essa questão da autonomia junto com o conhecimento, e claro, daí é toda a questão da postura profissional”.
(Participante 03)

Segundo Iamamoto (2006), o conhecimento é um meio de trabalho, uma técnica e sem isso o trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade. As bases teórico-metodológicas são recursos primordiais para o assistente social exercer suas atividades, pois ajuda iluminar a leitura da realidade e imprimir destino à ação. Assim, o conhecimento não é apenas um verniz aplicado de forma superficial à prática profissional e que pode ser dispensado, o conhecimento é um meio pelo qual podemos decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo de formação é parte do acervo de seus meios e instrumentos de trabalho (IAMAMOTO, 2006).

Outra participante falou-nos com bastante precisão a sua opinião a respeito da importância do conhecimento para a qualidade do exercício profissional, inclusive para a maior valorização da categoria.

“E outra coisa também é a segurança nos posicionamentos, e a argumentação exige conhecimento, exige domínio, exige visão e aí você inclusive passa credibilidade” (Participante 33).

Num outro foco, percebemos na fala a seguir a clareza com que o profissional falou a respeito do projeto profissional, como valorizou a visão crítica na busca de fazer a ponte com uma realidade mais ampla, no sentido de não desviar do que a profissão busca.

“Então você tem que estar o tempo inteiro fazendo essa ponte mesmo com o [...] nosso Projeto ético-político, então a gente tem que estar o tempo inteiro, mesmo

que você tenha um olhar super crítico a gente entra às vezes nessa onda” (Participante 40).

Quando a profissional diz “a gente às vezes entra na onda” nos faz refletir acerca da alienação e do senso comum presente no cotidiano. Isso é complementado pela fala de outra profissional, a qual, embora não tenha abordado especificamente o projeto, discorre muito bem a respeito da alienação presente no cotidiano profissional.

“[...] Eu penso que o cotidiano primeiro aliena, [...] e se a gente sabe que a realidade é um pouco diferente da que tem hoje, [...] diante da demanda [...] se a gente não tomar cuidado [...] vira meio tarefeiro [...] faz e acaba não refletindo sobre aquilo que [...] está fazendo, [...] isso acaba nos tirando do compromisso que [...] temos com a [...] profissão [...] Exatamente com o Projeto ético-político” (Participante 28).

Mediante essa fala, é imprescindível lembrar que a intervenção profissional esta sujeita a condições determinadas sócio-historicamente e institucionalmente, e também, pelas respostas profissionais vinculadas aos projetos coletivos, no caso do serviço social, um projeto de classe que defende os trabalhadores. Será nestas condições que a categoria desenvolverá suas atividades, em condições e relações de trabalho concretas, mas em constante movimento, sempre. A partir disso, a intervenção é constituída numa unidade contraditória, e pode “ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz” (YASBEK, 2009.p. 4).

A fala a seguir exemplifica esse apontamento, pois a profissional destaca que apesar de buscar realizar seu trabalho em consonância com o Projeto ético-político, há momentos em que não consegue.

“Estou pensando [...] sobre a minha prática profissional, eu acho que os momentos que eu não [...] faço aquilo que é do nosso projeto ético-político, [...] gera muita preocupação, mas eu consigo visualizar os momentos que eu faço [...] eu vejo que nosso Projeto ético-político é um projeto de sociedade, não é só de uma [...] é da nossa profissão [...] eu quero dizer que ele é muito amplo, então ele é um projeto de sociedade, [...] principalmente quando as pessoas vão contra [...] então penso eu tenho que fazer tal coisa, [...] para justamente mostrar que aquilo ali vai contra a democracia, vai contra a justiça, vai contra a... [...] Mas pelo comportamento dos outros de ir contra aquele projeto [...] chama a [...] atenção pra tentar reverter aquele processo” (Participante 31)

O assistente social está inserido em instituições e suas ações são perpassadas por relações de poder. O profissional também está imerso no cotidiano, assim sujeito a alienação, portanto, não conseguindo sempre, empregar todas as atenções para fazer essa superação do cotidiano. Apesar dessa alienação, torna-se importante salientar que a vida cotidiana não se mostra meramente como um espaço por excelência da vida alienada, mas, pode ser ao contrário, um campo de disputa entre a alienação e a desalienação (ANTUNES; ALVES, 2004).

Nesta direção Heller (2000) afirma que na vida cotidiana, o homem atua sobre a base da possibilidade de resultados que existe entre suas atividades e as consequências delas. Nunca será possível calcular com segurança a consequência exata de uma ação, ou seja, mesmo que esta seja devidamente planejada não há segurança total de que ela sairá conforme previmos.

Assim, mesmo aquele profissional consciente, com clareza das finalidades do seu exercício profissional cotidiano, está inserido numa dinâmica social e institucional que tem o poder de definir ou não suas ações profissionais, quer por meio da alienação, ou por meio das correlações de força e poder. Dessa forma, o terreno torna-se fértil para diversos projetos societários, o jogo de forças e estratégias é permanente. Então, os assistentes sociais estão diante de uma contradição inevitável, sendo necessário ser comprometido com a profissão, ter clareza disso e saber lidar com esta condição.

Corroborando com o que foi dito anteriormente, trazemos a fala do profissional abaixo, pois ele consegue ter clareza dessa contradição da profissão, fala da importância de fazer enfrentamento com reflexão, ou seja, de que maneira fazer o enfrentamento, quais as estratégias.

“Então [...] em relação ao Projeto ético-político [...] eu sinto bastante dificuldade é a questão do enfrentamento, [...] que está violando ou impedindo a gente de fazer um bom trabalho ou de contribuir com a questão da política [...] eu percebo muita dificuldade, [...] Individualmente eu não concordo de fazer o enfrentamento de forma agressiva, então eu sempre procuro tentar conversar, mostrar, o que é bastante cansativo... [...] Então assim, eu acabo tentando fazer um enfrentamento, mas numa tentativa assim de construção, de reflexão, e não no embate direto [...] a gente já teve avanços e retrocessos [...]” (Participante 31)

Ela nos diz que sente dúvidas a respeito de que enfrentamento fazer. Podemos relacionar esse *enfrentamento reflexivo* da fala com o que Guerra (2000) chama de “instrumentalidade”, que nada mais é do que os meios utilizados pelos assistentes sociais para concretizar planos e/ou projetos, estratégias essas de acordo com o projeto profissional da categoria. A mesma autora ainda diz que o processo em que os profissionais utilizam, criam e adequam as condições existentes e transformam-nas em meios para a objetivação de suas intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é condição necessária de todo trabalho social e simultaneamente categoria constitutiva, é como se fosse um modo de ser intrínseco ao trabalho.

A instrumentalidade é adquirida na medida em que o profissional realiza seus objetivos, ou seja, possibilita a materialização das suas intencionalidades em respostas profissionais efetivas. É por meio dessa instrumentalidade que o assistente social tem condições em atender as demandas e alcançar seus objetivos profissionais. Dessa forma se constrói uma condição concreta para o exercício profissional e possibilita também o reconhecimento da profissão diante da sociedade. Por isso, compreendemos que a instrumentalidade no Serviço Social não é apenas o uso de instrumentos e técnicas necessários ao agir do profissional, indo além das questões objetivas e submetendo a ação ao campo subjetivo, que requer idéias criativas e competentes.

Em outra direção, analisa-se a questão da relação do projeto profissional com as teorias sociais. A fala citada abaixo traz esse tema para discussão ao assinalar a dificuldade de efetivação do Projeto ético-político, justamente pela falta de clareza de alguns profissionais no que se refere aos avanços teóricos e políticos da profissão, a não adesão dos profissionais e a necessidade do pluralismo, como uma dimensão da democracia.

“E dessa forma materializando o nosso projeto ético-político, porque quando o Serviço Social faz essa opção, quando a categoria de construção nacional faz uma opção de trabalhar com a classe trabalhadora, de trabalhar com a garantia de direitos [...], mas a dificuldade é materializar. No meu trabalho, às vezes, eu consigo fazer essa relação, e reflexão. Será que o que eu estou fazendo está realmente nos planos, ou eu estou sendo mais paternalista. É para a gente, são várias coisas, a gente não é só. Tem momentos que você é assim paternalista. Tem horas que você está com aquele pensamento positivista, você não é totalmente marxista, totalmente gramsciniano. Tem momentos que você precisa fazer essa reflexão mesmo e nem todos na categoria, numa profissão, na própria

faculdade, nem todos saem com essa clareza da opção que o serviço social fez e alguns nunca farão, vão continuar se baseando na lógica, sem nem passar pelo processo de reconceituação [...] A gente quer democracia, mas às vezes não faz. Se você não pensar exatamente como eu você não serve. Então a gente também tem que aprender a trabalhar com aquilo que é o diferente. Porque quando todo mundo pensa igual é uma ditadura. Se a gente quer democracia a gente tem que aprender a trabalhar com o diferente e essa é uma grande dificuldade [...] mas a gente tem que discutir mais o nosso projeto ético-político. Ele ainda está muito no papel. Porque a postura muda. Muitas vezes a postura do profissional. Ele ainda não aderiu ao nosso projeto ético-político.” (Participante 18)

Nesse íterim, torna-se importante discutir a questão do pluralismo profissional, pois apesar de existir um projeto profissional dito hegemônico na profissão, não há uma obrigação direta em efetivá-lo, ainda mais perante as intensas ofensivas neoliberais, tornando esta discussão bastante complexa. Netto (1999), debate isso em um estudo a respeito do Projeto ético-político, podendo ser conferido na citação que segue.

O projeto hegemônico de um determinado corpo profissional supõe um pacto entre seus membros: uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos. Imperativos são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal); indicativos são aqueles em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional (p. 7).

Em termos gerais, não tem como assegurar que os membros do corpo profissional irão orientar suas ações sob a luz dos valores ético-políticos que carrega o projeto profissional contemporâneo.

É necessário que a reafirmação das bases teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar a ausência de diálogo com outras matrizes do pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possa ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes (YASBEK, 2009, p.33)

Outra participante tocou nesse ponto.

“A questão do Projeto ético-político, eu acho que assim, é complicado você falar dos colegas, porque, ainda mais quando eles estão aqui, mas assim nem todo

mundo tem clareza disso, a ponto de que na última reunião da APAS, quando a gente discutia sobre os trabalhadores do SUAS, levantamos isso, que para a gente defender algumas conquistas, requerer algumas coisas, a gente precisa ter clareza daquilo que a gente quer. E a gente fez uma avaliação de que nem todo mundo tem clareza disso. Eu acho que a gente tem um projeto ético-político na profissão, dito hegemônico vamos dizer assim, mas que na prática, ali na realidade mesmo da [s.i.c], não é bem assim” (Participante 09).

O profissional enfatiza bastante a necessidade de saber aonde se quer chegar, quais são os objetivos, as metas em longo prazo e não apenas respondendo as demandas imediatas, relacionadas historicamente à profissão. Na mesma fala foi abordado o assunto hegemonia. Esse tema é trazido à tona por Braz (2006) o qual nos leva a refletir acerca a dita hegemonia do Projeto ético-político atual. Pelas respostas obtidas temos legitimidade para tanto.

Pelos dados apresentados ao longo do trabalho, percebemos que de fato as mudanças macrosocietárias produziram alterações extremamente significativas no mundo do trabalho e nas condições do trabalhador assalariado, alteraram as demandas profissionais, e acabaram por modificar as expressões da questão social. Frente a estas transformações, o exercício profissional passou a necessitar de vínculos cada vez mais estreitos com um Projeto ético-político em defesa dos direitos sociais e da democracia. No entanto, esse mesmo projeto que deve estar cada vez mais presente nas mentes dos assistentes sociais está com sua hegemonia em “xeque”. Para superar esta suposta crise acredita-se que as saídas estejam no próprio projeto ético-político. Se defendermos radicalmente seus princípios podemos nos fortalecer e resistirmos às políticas de caráter neoliberal (BRAZ, 2006 p.7).

Essa discussão gera indagações importantes que podem ajudar a pensar e a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características

particulares. Parece se um caminho fértil para o enriquecimento do debate sobre o exercício profissional (IAMAMOTO, 2006).

Também nos grupos focais, foi abordada a autonomia profissional. Esta foi mais discutida sob a ótica da relatividade, um pouco diferente do que aconteceu com os profissionais entrevistados na Grande Florianópolis. Como podemos observar na fala da profissional abaixo:

“Então, a gente tem (autonomia). Mas nós temos algumas regulamentações institucionais, que como servidor a gente tem que cumprir, eu acho que isso em todos os setores, horário, responsabilidades, nós temos sim que dar conta, mas a autonomia lá conosco, ela está muito relacionada à capacidade da gente construir esse espaço, e aí, atrás disso vem à questão está relacionada ao conhecimento, poder de argumentação. (...) Então assim, existe essa autonomia, mas eu acho que vai muito da postura de cada profissional. Saber se colocar (...) e sugerir (...)” (Participante 06).

Notamos que essa participante associou a autonomia também à capacidade de conhecimento do profissional, ao poder de argumentação. Ela também menciona os limites institucionais, que nesse caso não parecem ser obstáculos para o exercício profissional autônomo. Há outras falas que vão nesta mesma direção.

“Então assim a gente realmente tem conflitos diariamente e por conta mesmo deste desgaste mesmo que a gente está tendo, das relações. Mas assim, eu acho que na medida do possível os profissionais vão, no seu dia-a-dia, implementando ações e procuram buscar alternativas, criticar, eu acho que mesmo a gente tendo tanto cerceamento, mesmo assim a gente, “olha, não concordo”, a gente se posiciona. Há que se dizer que no início, quando entrou a administração, por conta deste assédio moral que a gente sofreu muito forte, houve assim um momento de retração, sabe, de todo mundo, ninguém esperava (...) que fosse uma coisa assim tão brusca, mas agora, passados quatro anos, chegando a uma segunda gestão a gente começa a “bom, pôra aí, também não” (Participante 09).

Essa fala é interessante, percebemos que a participante teve muita coerência ao relacionar as dificuldades vividas no cotidiano a uma totalidade, buscando condições para o enfrentamento. Ela entende que exercício profissional participa de um movimento que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade na qual se efetiva o exercício profissional é atravessada

por projetos societários distintos, neste trecho da mesma participante percebemos isso claramente.

“A tua autonomia é restrita, ela é relativa como diz a Yamamoto, e de fato o é, por que vem, vem dos projetos ou nas diretrizes de um setor central, no caso a nossa fundação, e aí você apresenta as tuas propostas e essa autonomia (...). No caso de (cidade) hoje a situação é esta, o projeto societário desta administração é antagônico ao projeto ético-político crítico que é dito hegemônico dentro do Serviço Social” (Participante 09).

Também se discutiu as relações de poder que atingem em cheio o cotidiano dos profissionais. A questão do clientelismo é expressiva, como averiguamos abaixo:

“(...) Às vezes, esse usuário, já veio encaminhado por um vereador. Então dentro do município a gente sofre essa influência política. E ele chega com toda a propriedade, ele quer ser atendido prontamente (...) foi o vereador tal que me encaminhou. Bom, quando é o vereador a gente consegue se livrar, mas quando vem indicado por uma gerente que está acima de nós. Ou seja, um chefe superior da fundação, aí a coisa complica, por quê? Se você não atender aquela pessoa, não der um jeito de atender aquelas pessoas. Essa pessoa vai sair dali já com o celular, vai ligar e você vai ter que atender. Então muitas vezes você recebe um telefonema que vem de cima, e diz: - estou mandando aí o fulano. Atenda. Já fiz aqui a seleção, digamos assim, conceda o benefício que ele está solicitando. Você tem que atender prontamente, isso nós não temos autonomia (Participante 01).

Na perspectiva assinalada, a análise das experiências profissionais que tivemos oportunidade de conhecer requer muito mais que a elaboração de manuais prescritos voltados ao como fazer. Os dados apresentados vão ao sentido de descortinar a realidade, pois é a partir dela que acreditamos ser possível buscar meios para nos posicionar criticamente frente às atuais condições de trabalho a que estão submetidos os assistentes sociais.

O trabalhador abaixo afirma que mesmo “preso” busca respostas competentes e reflexivas sobre a profissão, mas o mais importante, ele tem consciência de que somente assim poderá ter “novas perspectivas e atuar com muito ética”.

“Consigno perceber isso muito cotidianamente (...) na garantia de direitos, de acordo com o projeto ético. (...) Eu tenho relacionado tudo isso diariamente no

meu trabalho, mesmo preso, mas eu tenho relacionado tudo isso e tenho procurado desenvolver de forma muito correta. (...) e refletir sobre tudo que envolve a profissão e o projeto ético-político (...) me dá base para ser melhor como profissional (...) para que a gente possa ter novas perspectivas e atuar com muito mais ética”. (Participante 23)

Outro assunto abordado foi a precarização que se faz presente aos profissionais, neste caso, o participante fala diretamente a respeito da massa industrial de reserva que também atinge o universo dos profissionais de nível superior. Esta condição acaba por submeter o profissional a um ambiente de trabalho repleto de tensões.

“Algumas decisões do teu dia-a-dia vão refletir lá na tua vida. Porque você trabalha não é só por satisfação, você trabalha também porque você precisa certo? Aí o que acontece? Você diz não e tem uma fila gigante lá fora que vai dizer sim (...). Porque é assim lá no mercado de trabalho” (Participante 22)

As respostas abaixo se referem à falta de debate sobre o projeto ético-político em determinados espaços de trabalho, ao fato dele nem sequer ser lembrado.

“Eu penso que não é lembrado” (Participante 32)

“Até por que nas discussões dessas reuniões, inclusive no CREAS, as meninas da base, nas reuniões, a gente media, a gente senta, mas [...] discutir a prática, o projeto [...] a participação é mínima. A gente ainda não chegou nesse ponto de sentar e vamos discutir, vamos mediar à situação do projeto, e lá nos nossos trabalhos tem as discussões, mas bem burocráticas, sobre o trabalho que tem assistente social, tem psicólogo, tem pedagogo, e não sobre a atuação do assistente social” (Assistente Social 33)

E numa direção oposta, o participante abaixo visualizou o projeto de maneira bastante ampla:

“O projeto tem que estar incorporado no teu ser profissional, nessa convicção, naquilo que você realmente acredita que é essa função. Aí nas pequenas, não precisa ser nas grandes coisas, eu penso, nas pequenas intervenções, na relação com o teu usuário, na forma de você se posicionar, de abrir o diálogo, de você estar atuando na percepção desse Projeto ético- político. E que talvez isso a gente tenha que discutir mais para as pessoas não entenderem o Projeto Ético Político dentro de um livro, dentro de uma direção do CFESS/CRESS. Não, ele está ali, incorporado no que eu vejo, acredito e quero contribuir no meu cotidiano. Eu vejo por aí” (Assistente Social 36)

Podemos perceber que a forma de agir desse profissional está ancorada ao ideal de sociedade que buscamos concretizar. A fala aborda a construção diária de ações que podem nos levar a avançar profissionalmente. Ela também reflete sobre diálogo, sobre convicção dos objetivos profissionais, a importância disso, e também em ampliar o campo de visão sobre o projeto profissional, ter consciência que ele está incorporado no cotidiano e é neste terreno que ele pode ser efetivado.

De maneira geral, podemos dizer que a ênfase dos participantes foi nas políticas públicas, na autonomia profissional, nas relações de poder, na reflexão. Os participantes trouxeram em suas falas questões políticas e também discursaram sobre a interferência das instituições e os resultados que produz no exercício profissional.

Como síntese, o profissional, na sua dimensão cotidiana, enfrenta inúmeros desafios, porém, viu-se o interesse genuíno dos profissionais que estão buscando estratégias de defesa e efetivação do projeto profissional. Esse processo é marcado por desafios e tensões, acordos e desacordos, justamente por se tratar de um processo vivo e dinâmico.

Segundo Yolanda Guerra (2001),

Não existem fórmulas prontas na construção de um projeto democrático e a sua defesa não deve ser exclusividade apenas de uma categoria profissional. Por outro lado, não se pode ficar acuado frente aos obstáculos que se apresentam na atualidade e nem desconsiderar que há um leque de pequenas, mas não menos importantes, atividades e alternativas a serem desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social. Mais do que nunca, os assistentes sociais estão desafiados a encarar a defesa da democracia, das políticas públicas e consubstanciar um trabalho – no cotidiano e na articulação com outros sujeitos que partilhem destes princípios – que faça frente ao projeto neoliberal, já que este macula direitos e conquistas defendidos pelos seus fóruns e pelas legislações normativas da profissão (GUERRA, 2001.p. 3).

A autora coloca aqui, elementos que foram discutidos no decorrer do trabalho. Vimos que alguns profissionais estão realmente preocupados com a construção de um projeto democrático, e refletem isso de forma bastante consciente, como na questão do cotidiano e suas implicações no exercício profissional, esses assistentes sociais sabem que as dificuldades são enormes, mas que apesar dos entraves devemos persistir. E será nas pequenas ações do dia-a-dia que vamos fortalecer e efetivar o nosso Projeto ético-político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste caso, o fechamento deste trabalho poderia se chamar “considerações iniciais”, pois o assunto nos remete a refletir a respeito da direção que tem tomado nosso Projeto ético-político. E visto que este assunto ainda não faz parte cotidianamente da vida do universo dos assistentes sociais desta pesquisa. Então, torna-se mais do que legítimo colocá-lo amplamente em cena e este foi maior propósito do trabalho.

Acredita-se que será a partir do diálogo, da produção de conhecimentos e da reflexão a respeito do exercício profissional que poderemos nos fortalecer enquanto categoria preocupada com os rumos da sociedade.

Assim, este trabalho buscou dar uma contribuição ao problematizar a questão do Projeto ético-político; a real apreensão do significado por parte dos profissionais; a articulação no cotidiano profissional; as dificuldades e avanços, buscando articular a discussão teórica com o campo empírico.

Vimos, no decorrer da apresentação dos dados, constatações relevantes a respeito da realidade em que trabalham os assistentes sociais do estado de Santa Catarina. Entre estas constatações salientamos as seguintes:

- *A grande maioria dos assistentes sociais diz conhecer o código de Ética*

Quase todos os entrevistados que afirmaram ter conhecimento do Código de Ética de 1993, no total 95% responderam afirmativamente a questão. Porém, no decorrer das outras perguntas do questionário, vimos que em alguns casos este conhecimento se dá de forma superficial.

- *Mais da metade dos profissionais dizem que as condições de trabalho permitem a atuação tendo por base o Código de Ética*

A respeito dessa questão a maioria, 58%, dos entrevistados responderam que tem como atuar conforme o Código de Ética. Neste item, devemos comentar a contradição da informação, pois as justificativas foram na contra mão. Ao justificarem, afirmaram que conseguem atuar com base no código, devido à existência de sigilo profissional garantido pela estrutura física da instituição. Lembrando que esta justificativa foi a mais usada para

as três opções da pergunta: sim, não e em partes. E nas três opções, o sigilo e a infraestrutura foram majoritariamente os mais comentados. É importante fazermos uma reflexão do por que este item do Código de Ética foi tão lembrado.

Ainda neste ponto, conclui-se que há uma má compreensão, por parte dos profissionais da grande Florianópolis, a respeito dos princípios fundamentais que instrui o Código de Ética profissional do assistente social. E justamente aqueles valores humanistas que nos referimos no decorrer do trabalho não foram problematizados neste momento da pesquisa.

- *Outro tema que surgiu na pesquisa foi em relação à autonomia profissional*

Em relação a isso, podemos afirmar que autonomia foi discutida sob dois pontos de vista: no primeiro, nos dados da Grande Florianópolis, quando surgiu ao questionarmos se a Instituição permitia a atuação profissional tendo por base o Código de Ética de 1993. Neste ponto a *autonomia* foi à justificativa que seis profissionais usaram ao responder afirmativamente a questão. Afirmaram que têm como trabalhar, conforme prevê o código de ética, porque a instituição oferece autonomia/liberdade para seguir os princípios do código. A capacidade e competência do profissional não foram comentadas. E em um segundo momento, a dimensão da autonomia profissional surgiu nos Grupos Focais, quando os participantes responderam diretamente a respeito da mediação entre o exercício profissional e o Projeto ético-político da categoria. Nesse sentido, as respostas foram mais abrangentes, no geral os profissionais conseguiram fazer uma reflexão acerca da relatividade da autonomia no exercício profissional cotidiano. Também, conseguiram trocar experiências a respeito das estratégias utilizadas para a superação das ofensivas neoliberais que permeiam a realidade dos trabalhadores assalariados.

- *Participação política*

No que diz respeito a isso, foi percebido uma maior participação nos eventos promovidos pela categoria profissional, o motivo para a participação foi a possibilidade de qualificação, a dimensão política não foi enfatizada.

Nos grupos focais houve um maior aprofundamento acerca do Projeto ético-político e pôde-se notar o seguinte:

- *Percebeu-se que há uma relativa incorporação do Projeto ético-político*

Esta relativa incorporação se dá de forma diferente entre os profissionais. Para alguns, o projeto ético-político ainda é um tema confuso. Para outros, a dificuldade está em sua materialização, devido ao atual momento de regressão dos direitos sociais que estamos presenciando.

- *Há certa justaposição entre o projeto profissional e o projeto institucional ou com as políticas públicas*

No decorrer da análise, notamos que alguns profissionais associam os objetivos da instituição aos objetivos do serviço social. Não há uma crítica ao atual formato das políticas públicas, por exemplo. E também teve casos de profissionais de empresas privadas, que também afirmaram alcançar seus objetivos no local de trabalho.

- *Houve momentos em que os profissionais mostraram os desafios para a efetivação do Projeto ético-político*

Os desafios que foram mostrados estão ligados às dificuldades em materializar o Projeto ético-político. Os participantes também refletiram acerca da direção que cada um tem tomado no sentido de fortalecer o Projeto profissional. Relataram situações em que persiste o clientelismo, e como isto dificulta o trabalho; as relações de poder arbitrárias que violentam a autonomia desses profissionais e os submetem a condições de subalternidade. Os participantes relacionaram as dificuldades vividas ao contexto maior, à totalidade da vida social. Estes assistentes sociais entendem que, apesar de grandes dificuldades, há possibilidade para construir o novo, para concretizar a sociedade pretendida no Projeto ético-político.

- *A questão da autonomia foi significativamente discutida e refletida pelos profissionais participantes dos Grupos Focais*

Talvez isso tenha ocorrido aos termos direcionado a pergunta diretamente ao Projeto ético-político. Mesmo assim, essa discussão foi muito mais refletida entre os profissionais do interior do Estado, como já foi supracitado. Eles reconhecem que a autonomia é quase sempre relativa; que há entraves burocráticos ou relações de poder que

restringem a autonomia do sujeito profissional, impedindo-o de agir de acordo com o Projeto ético-político. Claro, nem todos os participantes tiveram essa mesma clareza.

Então, futuras pesquisas devem complementar este tema, pois mantendo vivo este debate será possível fortalecer e manter a hegemonia do projeto profissional ainda em vigor. Devemos defender, no cotidiano do exercício profissional, os interesses que estão por trás do que hoje é denominado Projeto ético-político, que se materializa no Código de Ética de 1993, na Lei que regulamenta a profissão, nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e por fim no acervo teórico crítico do Serviço Social.

Enfim, podemos considerar que as discussões surgidas, no decorrer de toda pesquisa Mercado de Trabalho, Formação e Exercício Profissional, trouxeram dados fundamentais, e de grande riqueza para a produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro. Relembrando sempre que a sociedade e seus interesses estão em constante mudança e transformação, portanto a possibilidade do novo é tão possível quanto inevitável.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**. n.º. 87 p. 335-351, maio/ago. 2004 Campinas-SP. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 06 nov. 2011>

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, p. 09-23. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAZ, Marcelo dos Reis. **Notas sobre o Projeto ético-político**. Consulta na Internet no dia 15 de setembro de 2011.

_____. A Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social**. Nov. 2007, p.5-10 Brasília – DF.

CFESS. **O código de ética profissional dos assistentes sociais**. Aprovado em 13 de março de 1993. Resolução n.º 273/1993.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

_____. O Serviço Social Frente à Crise Contemporânea: Demandas e Perspectivas. Artigo publicado originalmente na **Revista Polêmica: com os olhos no futuro do Serviço Social**. N.º 3, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Belém-PA. 2001. *Algumas alterações foram introduzidas pela autora*.

HELLER, A. **Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, p.165-184. Brasília, 2009.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS. p.15-50. Brasília, 2009.

_____. Espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. **In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CFESS/ABEPSS, p. 03-26. Brasília, 2009.

_____. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporânea.** Texto base da conferencia magistral do *XVIII Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social.* San José, Costa Rica, 12 de Julio de 2004.

_____. **A questão social no capitalismo.** In: *Temporalis.* n° 3. Brasília: ABEPSS, 2004.

_____. Marilda V. e Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica.** São Paulo, Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995.

MANFROI, Vânia Maria. **A militância no Serviço Social.** Texto não publicado.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. **In: Serviço Social e Sociedade, n° 84** p. 5-30. Ed: Cortez, São Paulo, 2005,

_____. **A Construção do Projeto ético-político do Serviço Social, 1999.** Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf> .> Acesso em 25 set. 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 01: Crise contemporânea, questão social e serviço social.** CEAD, p. 91-110. Brasília: 1999.

RAICHELES, Raquel. O trabalho do assistente social na Esfera Estatal. **Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico política. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.

SIMÕES, Carlos. Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n° 99.p. 405-524, jul/set.2009.

YASBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.

ANEXOS

ANEXO I - QUESTIONÁRIO PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA
PET – SERVIÇO SOCIAL

PESQUISA MERCADO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

QUESTIONÁRIO: Nº _____

- **PERFIL**

- **Qual a sua idade?**

- 1- () 20 a 30 anos 2- () 31 a 40 anos
3- () 41 a 50 anos 4- () acima de 50 anos

- **Qual seu sexo?**

- 1- () masculino 2- () feminino

- **Você tem religião?**

- 1- () Sim 2- () Não

1.3.1. Qual sua religião?

- 1- () Católica 2- () Evangélica 3- () Espírita
4- () Umbanda 5- () Candomblé 6- () Outra _____

1.3.2. Quem respondeu evangélica

- 1- () Luterana 2- () Presbiteriana 3- () Metodista
4- () Outra _____.

- **Qual a profissão do seu pai?** _____.
- **Qual o nível de escolaridade de seu pai?** _____.
- **Qual a profissão da sua mãe?** _____.
- **Qual o nível de escolaridade de sua mãe?** _____.
- **Qual sua orientação sexual?**

- 1- () Heterossexual 2- () Homossexual 3- () Bissexual 4- () Outras

• **Qual seu Estado Civil?**

- 1- () Solteira(o) 2- () Casada(o) 3- () Separada(o)
4- () Viúva(o) 5- () União Estável 6- () Divorciada(o)

• **Quantos filhos possui?**

- 1- () Nenhum 2- () 1 3- () 2 4- () 3 5- () 4 6- () Mais de 4

• **Qual sua renda familiar?**

- 1- () menos de R\$ 500,00 2- () de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 3- () de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00 4- () de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00
5- () R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 6- () R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 7- () R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 8- () acima de 5.000,00

• **Qual o número de componentes de sua família?**

- 1- () 1 pessoa 2- () 2 pessoas 3- () 3 pessoas 4- () 4 pessoas
5- () 5 pessoas 6- () 6 pessoas 7- () Outros: _____

• **Qual sua cor?**

- 1- () Branca 2- () Parda 3- () Negra 4- () Amarela
5- () Outra _____.

• **Em que município reside?** _____.

• **Em que município trabalha?** _____.

• **FORMAÇÃO**

• **Possui outra graduação?**

- 1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

_____.

• **Instituição em que se graduou em Serviço Social:**

- 1- () UFSC 2- () UNISUL 3- () FURB 4- () UNC
5- () UNOESC 6- () UNIPLAC 7- () UNOCHAPECÓ 8- () Outras _____.

• **Há quantos anos concluiu a graduação em Serviço Social?**

- 1- () de 0 a 2 anos 2- () de 3 a 4 anos 3- () de 5 a 6 anos 4- () de 7 a 10 anos
5- () de 11 a 15 anos 6- () de 16 a 20 anos 7- () de 21 a 25 anos 8- () 26 a 30 anos
9- () de 31 a 35 anos 10- () mais de 36 anos

• **Possui pós-graduação?**

1- () não 2- () Especialista 3- () Mestre 4- () Doutor(a) 5- () Pós-Doutor(a)
 Em que área: _____
 Em qual instituição: _____

• **Participou de alguma atividade extra curricular durante a graduação?**

1- () Não participou 2- () Bolsa de Iniciação Científica 3- () Extensão 4- () Simpósio, fóruns, seminários, etc.
 5- () Movimento estudantil 6- () PET 7- () Outros _____

• **Há quanto tempo atua na área de Serviço Social?**

1- () de 0 a 2 anos 2- () de 3 a 4 anos 3- () de 5 a 6 anos 4- () de 7 a 10 anos
 5- () de 11 a 15 anos 6- () de 16 a 20 anos 7- () de 21 a 25 anos 8- () 26 a 30 anos
 9- () de 31 a 35 anos 10- () mais de 36 anos

• **INSTITUIÇÃO**

• **Quantos vínculos empregatícios você possui na área do Serviço Social?**

1- () 1 2- () 2 3- () 3 4- () Nenhum

• **Qual sua situação atual no mercado de trabalho?**

1- () Aposentado 2- () Autônomo 3- () Cargo Comissionado 4- () Carteira assinada (CLT)
 5- () Concursado / RJU 6- () Contrato Temporário 7- () Desempregado 8- () Prestação de Serviço
 9- () Voluntário 10- () Outros _____

• **Qual a natureza jurídica da instituição empregadora?**

1- () Associação sem fins lucrativos 2- () Empresa de Economia Mista 3- () Empresa Privada
 4- () Pública Estadual 5- () Pública Federal 6- () Pública Municipal

• **Qual o tempo de atuação na instituição?**

1- () menos de 1 ano 2- () de 1 ano a 1 ano e 11 meses 3- () de 2 anos a 4 anos e 11 meses
 4- () de 5 anos a 8 anos e 11 meses 5- () de 9 anos a 12 anos e 11 meses 6- () de 13 anos a 18 anos e 11 meses
 7- () de 19 anos a 22 anos e 11 meses 8- () de 23 anos a 25 anos 9- () acima de 26 anos.

• **Qual (is) a (as) área (s) de atuação?**

1- () Ambiental 2- () Assistência 3- () Conselhos de Direito 4- () Cooperativismo
 5- () Criança e adolescente 6- () Desenvolvimento e Planejamento Urbano 7- () Direitos Humanos 8- () Docência
 9- () Educação 10- () Educação Superior 11- () Idoso 12- () Jurídica
 13- () Justiça 14- () Juventude 15- () Movimentos 16- () Pesquisa

- **O(s) outro(s) vínculos(s) exerce(m) alguma influência sobre aquele vínculo principal? (Para quem possui mais vínculos)**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, Qual(ais)?

- **Como desenvolve suas atividades?**

1- () Sozinha(o) 2- () Em equipe de Serviço Social 3- () Em equipe multidisciplinar

- **Você utiliza programas de bancos de dados e/ou de geoprocessamento no seu local de trabalho?**

1- () Sim 2- () Não

3.7.1. Se sim, conhece a forma de elaboração e/ou o destino/ tratamento dos dados?

1- () Sim 2- () Não

- **Seu trabalho repercute sobre sua saúde?**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, de que maneira?

- **Seu trabalho repercute sobre sua vida social, pessoal ou familiar?**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, de que maneira?

- **Há problemas que dificultam a realização de seu trabalho?**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais os principais?

- **Você já ficou desempregado(a) na área de Serviço Social? Se não, pule para a 4.10**

1- () Sim 2- () Não

Se sim por quantas vezes? _____.

Por quanto tempo? _____.

- **4.9.1 Você desenvolveu outra atividade nesse período?**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

- **A sua instituição passou por algum tipo de reestruturação nos últimos cinco anos?**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, qual(ais)?

- **MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO**

- **Participa de eventos realizados pela categoria?**

1- () Sim 2- () Não

Com _____ que _____ frequência?

Por quê?

- **Participa de algum movimento social:**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

Por quê?

Há quanto tempo está no movimento?

Qual sua situação junto a esse movimento?

1- () Dirigente 2- () Militante de base 3- () Apenas filiado

• **Participa de alguma associação civil?**

1- () sim 2- () não

Por

que?

Há quanto tempo participa da associação?

• **Participa de Conselhos de Direitos e/ou de políticas públicas?**

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

1- () Direitos Humanos

2- () Educação

3- () Mulher

4- () Assistência

5- () Política Urbana

6- () Criança e adolescente

7- () Saúde

8- () Idoso

9- () Outro _____.

• **Qual sua função de representação no conselho?**

1- () Sociedade Civil

2- () Governamental

3- () Usuário

4- () Assessora(r)

5- () Secretária(o)

6- () Outro _____.

• **EXPECTATIVAS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

• **O que o(a) levou a escolher o Serviço Social como profissão?**

- **Como sua formação acadêmica influencia na sua atuação profissional?**

- **Você utiliza referencial teórico para subsidiar a atuação profissional? Se sim, quais?**

- **Quais suas expectativas quanto ao futuro da profissão?**

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO N°: _____**

Por meio deste documento você está sendo convidado (a) a responder o questionário que faz Parte da pesquisa “O Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina”, que tem como objetivo analisar as formas de inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho do estado. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do Programa de Educação Tutorial (PET/SSO) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas (NESPP). A pesquisa propiciará o acesso ao mapeamento das condições de trabalho dos assistentes sociais no estado.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você está recebendo uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG n° _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis por esta pesquisa”.

Assinatura do Declarante

Florianópolis, de de .

Contatos:

Departamento de Serviço Social: 3721- 9297 r-24

Programa de Educação Tutorial de Serviço Social: 3721-9453

Email: pesquisamercadoss@hotmail.com

Entrevistador (a):

Nome: _____

Tel: _____ Email: _____

ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS GRUPOS FOCALIS

A pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina tem como objetivo analisar as formas de inserção dos profissionais de Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais catarinenses. Este trabalho consiste numa pesquisa desenvolvida pelo DSS/UFSC e financiada pelo CNPq. A pesquisa propiciará o acesso ao mapeamento das condições de trabalho dos assistentes sociais para uma intervenção mais qualificada.

No que tange à técnica de coleta de dados, serão realizados grupos focais com profissionais atuantes no município >NOME DO MUNICÍPIO<. Esclarecemos que quando da utilização da técnica do grupo focal, as entrevistas serão gravadas e transcritas.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG n _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis por esta pesquisa”.

NOME DA CIDADE, DATA.

Assinatura do Declarante

Contato do coordenador: Prof^ª. Dr^ª. Vania Maria Manfroi
Telefones: DSS: (048) 3721 9297 r-24 Cel. (048) 99239928
Email: vaniamanfroi@yahoo.com.br

ANEXO IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL

1. Fale sobre a realidade do seu município, explicando quais as principais formas de organização econômica e política?
 - 1.1 Quais são as demandas sociais do município ou da região?
 - 1.2 Quais são os determinantes dessas demandas?
2. Em qual política atua e quais são as demandas que o Serviço Social recebe?
3. Como você vê as suas condições trabalho (carga horária, salário condizente, como interfere na vida social e familiar)?
4. De que forma você avalia o reconhecimento profissional, tendo em vista as condições de trabalho e as relações interprofissionais e com os gestores?
5. Como é a relação do Serviço Social com as organizações sociais e populares no seu município?
6. Como se dá a mediação entre o exercício profissional e o projeto ético político da categoria?

ANEXO V – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA
PET – SERVIÇO SOCIAL

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES
GRUPO FOCAL**

Nome: _____

Telefone: (____) _____ Email: _____

Idade: _____ Instituição em que se graduou: _____ Ano: _____

Tempo de atuação na área de Serviço Social: _____

Tipo de vínculo empregatício: _____

Instituição em que trabalha: _____

Tempo de atuação na instituição _____

Já ficou desempregado? _____ Por quanto tempo? _____

Faixa salarial: _____

Município em que reside: _____

Município em que trabalha: _____